



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

### EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Dr., Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

FAÇO SABER que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa no átrio do edifício dos Paços do Município a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de 5 de abril de 2019, aprovada na sessão ordinária de 24 de junho de 2019. -----

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 25 de junho de 2019. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

  
(AMADEU SOARES ALBERGARIA, Dr.)



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

ATA N.º 12 – No dia 5 de abril de 2019, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 40 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.ª e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas:
  - Ata N.º 10 – Sessão Ordinária de 12 de novembro de 2018
  - Ata N.º 11 – Sessão Ordinária de 1 de fevereiro de 2019;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2018;
- 4 – Revisão Orçamental
  - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita
  - 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa
  - 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI
  - 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM;
- 5 – Mapa de Pessoal;
- 6 – Relatório de Gestão e Contas de 2018 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. *(para conhecimento)*;
- 7 – Transferência de competências para os municípios;
- 8 – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas – EMAAC;
- 9 – Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira
  - Atualização dos valores base no apoio para aquisição de viaturas: alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º;
- 10 – Alteração simplificada do Plano Diretor Municipal – PDM ao abrigo do artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio
  - Rua 2 da Urbanização de Paredinha – Rio Meão;
- 11 – Projeto “Caminhos de Fátima” – Alteração de Posturas de Trânsito;
- 12 – Postura de trânsito – União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca,



*Handwritten signature*

- Sanfins e Espargo (Santa Maria da Feira);** -----
- 13 – Desafetação, do domínio público, de parcela de terreno sita na Rua da Ribeirinha, Lugar de Chão do Monte, Santa Maria de Lamas;** -----
- 14 – Estatuto do Direito de Oposição** -----
- Relatório de Avaliação do ano de 2018 (para conhecimento);** -----
- 15 – Relatório de Atividades de 2018 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento).** -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Bruno Miguel de Sousa Mota. -----

Não estiveram presentes os Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, António Milton Topa Gomes e Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

Dando início aos trabalhos, informou da entrada na Mesa de 7 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias: -----

- Arrifana: Delfim Manuel Oliveira da Silva (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Alcino Pereira Monteiro; -----
- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos; -----
- Mozelos: José Carlos Pinto da Silva (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Manuel Almeida Alçada; -----
- Romariz: Anacleto de Sousa Costa (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Nuno Joel Rocha; -----
- São João de Ver: Nuno João Marques Soares Albergaria (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Emanuel Nogueira Silva; -----



- União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande: José Henriques dos Santos (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Manuel Oliveira Leite; -----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, ainda, que os membros Aldina dos Reis Camboa Cabral (PSD), Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE) e Salomé Almeida Ventura (BE), solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, eram substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir da mesma lista, do modo a seguir discriminado: -----

- Aldina Cabral: substituída pelo João Luís Almeida Cunha, -----
- Moisés Ferreira: substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira, -----
- Salomé Ventura: substituída pela Bianca Santos de Almeida (*uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista – Joaquim Manuel Oliveira Dias, Ana Filipa Cardoso Pinto da Silva, Nuno Miguel Pinto Serrano, Paulo Sérgio Alves de Oliveira, Inês Sousa Costa Santos, Rui Paulo Vasconcelos Ferreira de Sousa e Hélder Silva Mota – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes*). -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 49 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):* -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Jorge Paulo das Neves Pereira; João Luís Almeida Cunha; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – Manuel Almeida Alçada; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Nuno Joel Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira



Dias; São João de Ver – Emanuel Nogueira Silva; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – Manuel Oliveira Leite; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares; -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro; Justino Santos Pinto; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Pedro Luís Alves Ferreira e Bianca Santos de Almeida; -----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----

*Independente (IND):* Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

*Entraram no decorrer da sessão:* António André da Silva Topa (PSD), Juliana Canedo da Rocha (PSD) e o Presidente da Junta de Freguesia de Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro (PSD).-----

*Faltaram à sessão, sem serem substituídos:* Regina Maria Gonçalves da Silva (PSD) e Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD).-----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----



É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 1 de fevereiro de 2019 e a presente sessão: -----

- “E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Acessibilidade – Edifícios da responsabilidade da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.ª Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, informando que esta Assembleia, na sua sessão ordinária de 1 de fevereiro de 2019, deliberou designar a cidadã Sónia Manuela Sousa Teixeira para substituir Luís Filipe Dias Rodrigues da Silva naquela Comissão;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares – Manuel Melo, dando-lhe conhecimento da deliberação tomada por esta Assembleia, na sua sessão ordinária de 1 de fevereiro de 2019, em que rejeitou o pedido do Sr. Presidente de Junta de suspensão de mandato de membro desta Assembleia Municipal;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Esquadra da PSP de Santa Maria da Feira e aos Postos Territoriais da GNR de Santa Maria da Feira, Santa Maria de Lamas, Lourosa e Canedo, remetendo o teor do Voto de Louvor “Às Forças de Segurança – PSP e GNR – do Concelho de Santa Maria da Feira”, aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 1 de fevereiro de 2019;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que considere a abolição das portagens na A25 – Autoestrada das Beira Alta e Litoral, apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que inicie o processo de reversão da privatização dos CTT – Correios de Portugal, por forma a que a sua gestão regresse à esfera do Estado, apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar;-----



- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Estacionamento pago em Santa Maria da Feira (2)” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Rui Alves Rios, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta à sessão ordinária realizada por esta Assembleia Municipal no dia 1 de fevereiro de 2019, a qual se deveu a motivos profissionais urgentes e de última hora; -
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 2 e 14 de janeiro de 2019;
- Convite do Presidente da Direção do Clube Desportivo Feirense, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na cerimónia de inauguração da Avenida Clube Desportivo Feirense (anteriormente denominada Av. 25 de Abril), iniciativa levada a cabo no dia 16 de fevereiro de 2019, no âmbito das comemorações do centenário daquele Clube; -----
- Ofício da munícipe Maria Lúcia Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, expondo situação relacionada com infiltração de águas na sua residência, sita na Rua do Tojal, n.º 187, São Paio de Oleiros, decorrente das obras realizadas pela sua confinante da porta n.º 183 – ofício este conjuntamente endereçado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente e da Transição Energética pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre os “maus cheiros provocados pela ETAR da Remolha (Santa Maria da Feira)”; -----
- Ofício do Presidente do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Entre o Douro e Vouga I – ACES Feira/Arouca, ao membro desta Assembleia – Mário Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão – como membro designado para representar a Assembleia no referido Conselho, informando da realização da primeira



- reunião ordinária de 2019 daquele Conselho, no dia 1 de março de 2019, bem como a agenda de trabalhos dessa reunião; -----
- E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, partilhando links para aceder a 2 relatórios (relatório final e resumo) do projeto sobre Qualidade da Governação Local, publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos;-----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que o Projeto de Resolução apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar sobre “Implementação de medidas para a monitorização e despoluição dos cursos de água que desaguam na Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos”, seria discutido no dia 20 de fevereiro de 2019, na reunião da 11.ª Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação; -----
  - Convite do Presidente da Associação Empresarial do Concelho de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na inauguração do evento “Motor Feira 2019”, evento levado a cabo no dia 14 de março de 2019, no Europarque;----
  - Convite da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, aos líderes dos grupos municipais com representação nesta Assembleia Municipal, para estarem presentes no “Debate Carta Educativa – proposta de reconfiguração da rede escolar”, realizado no dia 29 de março de 2019; -----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando resposta a inquérito onde são pedidas várias informações relacionadas com esta Assembleia Municipal; -----
  - Ofício do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do “Voto de Protesto pelo encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos de Rio Meão” – aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de junho de 2018 – e informando que o PCP sempre se opôs ao encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos, defendendo que a CGD, enquanto banco público, deve prestar um serviço de proximidade que deve estar em consonância com o tecido económico local, nacional e dos interesses das populações; -----
  - Convite da Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, ao Sr. Presidente da
-





- Assembleia Municipal, para estar presente no seminário sobre “Gestão, Modernização e Inovação nas Autarquias”, realizado no dia de hoje, 5 de abril de 2019, em Sesimbra; -----
- Convite da Comissão de Festas Póvoa 2019 – Paços de Brandão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Eucaristia e Procissão da referida Festa em honra de N.ª Sr.ª da Livração e S. Brás, a realizar no dia 7 de julho de 2019;-----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de janeiro de 2019; -----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disponibilizando link de acesso ao “Regulamento de atribuição de prémios pela Associação Nacional das Assembleias Municipais”, aprovado pela Direção da ANAM na sua reunião de 15 de fevereiro de 2019;
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo pareceres jurídicos elaborados pelo consultor jurídico da ANAM sobre “Competência da AM. Alteração propostas CM”, “Senhas de presença. Faltas. Prova do facto”, “Impostos municipais. IMI. Competências da Assembleia” e “Dia do Município. Feriado Municipal. Competência”;-----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 11 de fevereiro de 2019;-----
  - Convite do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no seminário “2021 – Um novo paradigma para o Poder Local”, que aquela Associação promoveu no dia 22 de março de 2019;-----
  - Ofício da Sr.ª Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos previstos na lei, o Relatório de Atividades de 2018 daquela Comissão;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Falhas na Plataforma Edufeira.cm-feira.pt” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos
-



- efeitos;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Resíduos de massa betuminosa a céu aberto” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
  - Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir à inauguração das obras de melhoramento do Parque de S. Bartolomeu, bem como ao evento “Taça Regional do Porto – XCM – 9.ª Rota Rosa do Adro”, que se realizaram no dia 31 de março de 2019; -----
  - E-mail da Chefe de Divisão da Educação, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo-lhe a convocatória, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para a reunião que aquele Conselho realizou no dia 1 de abril de 2019;-----
  - E-mail do Diretor da Revista das Assembleias Municipais – publicação trimestral da Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando resposta a algumas questões relacionadas com esta Assembleia Municipal, para efeitos da preparação do n.º 9 da referida Revista; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o Projeto de Resolução apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar que recomenda ao Governo que diligencie para erradicar o uso do glifosato, bem como informando que o mesmo seria discutido no dia 20 de março de 2019, na Comissão de Agricultura e Mar, após o plenário da Assembleia da República; -----
  - Convite da Área Metropolitana do Porto e do Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o ato público de assinatura do contrato interadministrativo de delegação e partilha de competências, relativo aos novos tarifários de transporte na Área Metropolitana do Porto, que se realizou no dia 29 de março de 2019 – convite este que foi respondido confirmando a presença do Sr. Presidente da Assembleia no referido evento;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este



1/4  
SQ

15

- Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Aldina Cabral, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019, por motivos profissionais, solicitando ser substituída na referida sessão;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 1 de abril de 2019;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos previstos na lei, o Relatório de Avaliação do ano de 2018 do Estatuto do Direito de Oposição; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019, pelo que se faria representar na mesma pelo Secretário daquele Executivo – Carmindo Bastos; -
  - Convite do Brigadeiro-General Comandante da Brigada de Intervenção e do Coronel Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Cerimónia Comemorativa dos Dias da Brigada de Intervenção e do Regimento de Engenharia N.º 3, e à entrega de Estandartes Nacionais, a realizar no dia 13 de abril de 2019; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente



- nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019, pelo que se faria representar na mesma pelo Secretário daquele Executivo – Nuno Joel Rocha; -----
- E-mail do membro deste Órgão – José Henriques Santos, Presidente da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019, pelo que se faria representar na mesma pelo Tesoureiro daquele Executivo – Manuel Oliveira Leite; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, a realizar no dia 8 de abril de 2019, para tratar do assunto “Sessão Solene do 25 de Abril – Comemorações”; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Estacionamento pago em Santa Maria da Feira (2)” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 04/04/2019; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019, por motivos profissionais, solicitando ser substituído na referida sessão, nos termos legais; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Salomé Ventura, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 5 de abril de 2019, por motivos profissionais, solicitando ser substituída na referida sessão, nos termos legais; -----
  - Diversos jornais e revistas.”-----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Assembleia, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 12 documentos para serem apreciados que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram atempadamente enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. -----



Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos.-----

Interveio o membro *Jorge Paulo Pereira* (PSD), que apresentou e explanou o voto de pesar e solidariedade cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE – PELA TRAGÉDIA PROVOCADA PELA PASSAGEM DO CICLONE IDAI POR MOÇAMBIQUE -----

Tem sido com profunda consternação que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira tem assistido ao imenso drama que se vive, presentemente, em Moçambique.-----

A força devastadora do Ciclone Idai, no passado dia 15 de março, traçou um profundo rasto de destruição, provocando centenas de vítimas mortais e milhares de feridos a par de um cenário dantesco de danos materiais.-----

Os dias seguintes à passagem do ciclone têm evidenciado a imensidão do drama: milhares de feridos, um impressionante número de desalojados e deslocados, bem como avultados prejuízos materiais.-----

O Ciclone Idai demonstra-nos não só a profunda vulnerabilidade do Homem perante os fenómenos naturais extremos, mas também a necessidade da Humanidade reforçar os seus laços de solidariedade.-----

As Autoridade Moçambicanas, auxiliadas pela comunidade internacional, não têm poupado esforços no socorro e apoio às vítimas, para além dos imensos esforços na reposição da normalidade no que concerne a distribuição de bens alimentares, água, energia ou comunicações.-----

Desde o primeiro momento, as Autoridades Portuguesas e o povo português têm demonstrado, uma vez mais, um espírito solidário que merece ser sublinhado.-----

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata de Santa Maria da Feira, propõe que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibere:-----

1. Aprovar o presente “Voto de Pesar e de Solidariedade” pelas vítimas do Ciclone Idai, guardando um minuto de silêncio;-----

2. Manifestar ao Consulado de Moçambique no Porto e Zona Norte de Portugal e à Embaixada de Moçambique em Portugal as mais sentidas condolências e solidariedade,



transmitindo o teor deste "Voto de Pesar e de Solidariedade".-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU), que apresentou e explanou duas recomendações, um voto de louvor e um voto de solidariedade, que, seguidamente, se transcrevem:-----

**"RECOMENDAÇÃO - ABANDONO PROGRESSIVO DO USO DE HERBICIDAS** -----

A utilização de herbicidas por parte de Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia é um processo que se banalizou em todo o país. No entanto, várias organizações têm vindo a alertar para os perigos deste tipo de técnica no controlo de plantas infestantes e para o surgimento de alternativas ecologicamente mais sustentáveis.-----

Relativamente aos perigos do uso de herbicidas, destaca-se os resultados do estudo encomendado pela "Friends of the Earth Europe" que no ano de 2013 detetou vestígios do herbicida glifosato na urina de pessoas em 18 países da Europa.-----

Os resultados levantam preocupações sobre o aumento de níveis de exposição a herbicidas à base de glifosato, comumente usado por agricultores, jardineiros e pelas autoridades públicas em toda a Europa.-----

Salienta-se que várias organizações têm recomendado a utilização de herbicidas que tenham glifosato, principalmente após a Organização Mundial de Saúde, através da sua Agência Internacional para a Investigação sobre o cancro, ter classificado o glifosato como "provável carcinogénico para humanos" e "carcinogénico para animais". Isto tem levado muitas Câmaras Municipais a adotar o uso de herbicidas que não contenham esta substância.-----

Além do exposto, sabe-se hoje que a exposição de uma pessoa a pesticidas pode afetar não somente a pessoa exposta, mas também as três ou mais gerações seguintes dessa mesma pessoa, de acordo com um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade Estadual de Washington e publicado na revista científica PLOS ONE.-----

Salienta-se ainda que após a sua aplicação o herbicida pode permanecer ativo durante um período de 30 a 90 dias. Facto que poderá originar a contaminação de solos, água, animais e evidentemente pessoas.-----

Em alternativa aos métodos químicos pode optar-se por: métodos de abafamento comumente utilizados em espaços ajardinados; métodos mecânicos; e métodos térmicos sempre aliados a uma prévia análise da real necessidade de controlo de plantas infestantes. ----  
Sendo verdade que os métodos térmicos poderão ser fonte de poluição, em verdade o seu



impacto no ambiente e na saúde pública é muito inferior ao da utilização de químicos. O desenvolvimento de novos equipamentos mais eficientes aliado às razões anteriormente descritas, assim como a saúde dos próprios trabalhadores, tem levado várias Câmaras Municipais a optar por esta via. -----

Posto isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 5 de abril de 2019, recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que:-----

- 1 - Abandone progressivamente do uso de herbicidas no controlo da vegetação até 2021;-----
- 2 - Adquira equipamentos que permitam a adoção de técnicas mecânicas e térmicas no controlo de vegetação;-----
- 3 - Incentive as Juntas de Freguesia a seguir o seu exemplo;-----
- 4 - Realize ações de sensibilização junto da população relativamente aos perigos e efeitos do uso de herbicidas.”-----

-----  
“RECOMENDAÇÃO – ROTA DO TURISMO INDUSTRIAL -----

O município de Santa Maria da Feira apresenta um forte setor industrial com uma história de relevo a nível regional, nacional e internacional, no qual se destacam os setores da cortiça, papel e calçado. O município é também servido por espaços arqueológicos com centenas de anos e museológicos de excelência no qual se destaca o Museu do Papel.-----

No entanto, há a ausência de informação sistematizada e centralizada que permita aos feirenses e a todos os interessados ter acesso a este espólio cultural de forma facilitada.-----

Ao exposto acrescenta-se o desenvolvimento que o Turismo Industrial tem sofrido em Portugal e o impacto que tem tido noutros municípios que se traduz não somente num aumento de visitantes, mas num maior conhecimento da realidade sociocultural do concelho e na potenciação de marcas locais. -----

Salienta-se ainda que Turismo Industrial abrange diversos domínios como arqueologia industrial, cultura operária, produção artesanal, cultura científica entre outros, pelo que a sua exploração e desenvolvimento é quase infindável e apenas limitada por recursos ou criatividade. -----

Posto isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 5 de abril de 2019, recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que:-----

- 1 - Inicie o processo de levantamento de locais/industrias de interesse que possam ser
-



incluídos na rede de turismo industrial no município;-----

2 - Crie um sítio na internet que vise a divulgação desses locais/industrias com informação detalhada;-----

3 - Crie um circuito com informações no local que ligue os diversos locais/industrias de interesse no âmbito de Turismo Industrial tendo como centralidade o Museu do Papel em Paços de Brandão.”-----

-----  
“VOTO DE LOUVOR – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO --

A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST) é uma associação particular sem fins lucrativos fundada em 1976 na cidade do Porto. Esta associação de cariz nacional, atua em todo o território, tendo atualmente dois postos de atendimento no município de Santa Maria da Feira, um na freguesia de Sanguedo e outro na freguesia sede do concelho.- Das atividades desta Associação destaca-se: Atividade reivindicativa por uma política de justiça social; apoio jurídico; social e psicológico; e apoio à reintegração familiar, social e profissional dos trabalhadores vítimas de acidente ou de doença profissional.-----

Tem ao longo dos anos organizado estudos sobre as causas e os efeitos dos acidentes e das doenças profissionais nos trabalhadores e suas famílias, nas empresas e na economia do país. É, ainda, membro fundador da CNOD – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, está filiada na FIMITIC – Federação Internacional dos Sinistrados no Trabalho e é membro do Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos.-----

A ANDST tem desempenhado um papel preponderante na defesa dos trabalhadores sinistrados no trabalho, proporcionando apoio das mais diversas formas, nomeadamente jurídico e informativo, fazendo valer os direitos de quem trabalha quando se encontra mais fragilizado. Tem ainda criado debate sobre a necessidade de se agilizarem processos que facilitem a vida aos trabalhadores e de se criarem condições para o reconhecimento de diversas doenças provenientes da atividade profissional.-----

Esta associação tem desenvolvido muita atividade no município de Santa Maria da Feira apoiando muitos trabalhadores feirenses e tem contribuído para o debate em torno da promoção de melhor acessibilidade e mobilidade, na promoção da inclusão e da necessidade de fiscalização mais efetiva no cumprimento da Lei.-----

Assim, face ao exposto, e pelo contributo que tem dado à sociedade, a Assembleia Municipal





de Santa Maria da Feira, reunida a 5 de abril de 2019, atribui um Voto de Louvor à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho.” -----

-----  
“VOTO DE SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES-----

Apesar de nos últimos anos se ter verificado uma diminuição do desemprego no país, a verdade é que uma larga percentagem do emprego criado é precária. Os dados mais recentes indicam que em Portugal há cerca de 950 mil trabalhadores com vínculo contratual não duradouro. Precariedade que afeta de forma mais explícita as faixas etárias mais novas, castrando assim a possibilidade de criarem as famílias e de terem a qualidade de vida expectável para o nível do país. -----

Juntamente com a precariedade temos o problema da diferença salarial entre géneros sendo que o sexo masculino aufer, em média, 1.236,85 euros, enquanto o sexo feminino recebe cerca de 226 euros menos por mês – 1.011,02 euros. Ressalvando-se que estes valores são para salários médios, pois o número de trabalhadores cujo salário é o mínimo nacional tem aumentado, sendo também neste caso as mulheres as mais afetadas, numa realidade em que o salário mínimo é demasiado curto para o mês. -----

Salienta-se que de acordo com o Fórum Económico Mundial são precisos, à data de hoje, 202 anos para que a nível global se alcance a igualdade salarial entre homens e mulheres, número que em 2016 estava nos 170 anos (contra os 108 anos previstos em 2015 pela mesma organização). Ou seja, a desigualdade está a aumentar. -----

Verifica-se ainda a nível nacional problemas de assédio no trabalho, acontecimento que também afeta mais as mulheres, do qual temos o exemplo no município de uma trabalhadora que o tribunal lhe deu razão e mesmo assim foi despedida. -----

Posto isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 5 de abril de 2019, afirma: -----

1 - Defender os interesses dos trabalhadores mostrando-se solidária com as lutas pela igualdade no trabalho entre géneros, contra a precariedade e o assédio.” -----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DE UMA AGENDA DE EVENTOS NO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL --



O site destinado à Câmara Municipal, uma vez que se encontra ainda em construção, salvaguarda a realização de alterações na sua estrutura. Desta forma, o CDS Feira procede à recomendação da inclusão de uma ligação no menu principal para uma agenda de eventos, que deve ser criada e suportada pelo próprio site.-----

A recomendação surge no seguimento da necessidade de informação acerca dos eventos realizados nas diversas freguesias de Santa Maria da Feira, sejam esses eventos de índole cultural, recreativa, desportiva ou de lazer, tais como por exemplo eventos realizados no Cineteatro, no Europarque, caminhadas, entre outros.-----

A recomendação inclui então todos os eventos que requerem autorização da Câmara Municipal, que dessa forma recolhe a informação essencial sobre o evento, e ainda uma ligação individual para cada um dos eventos mencionados na agenda, com vista por exemplo ao acesso mais facilitado a fichas de inscrição ou à compra de bilhetes para os mesmos.-----

Executando esta recomendação, executando e não apenas votando favorável para de seguida ser ignorada, o CDS Feira considera que haverá uma evolução no município e que os eventos realizados no nosso território serão favoravelmente influenciados, o que pode traduzir numa maior afluência tanto dos feirenses como de visitantes para os eventos.-----

Por fim, o CDS Feira considera que esta agenda pode ser um ponto de partida para uma melhor articulação entre a Câmara Municipal e as diversas Juntas de Freguesia, fator essencial para uma maior aproximação do executivo municipal à população que o elegeu.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 5 de abril de 2019, recomenda:-----

A criação de uma agenda de eventos no site da Câmara Municipal que inclua uma ligação particular a cada evento, e permita que a população possa adquirir online mais informação acerca do evento.”-----

-----  
Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE), que apresentou e explanou três recomendações e três votos, que, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO – PELA ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÓNICAS -----

As barreiras arquitetónicas em Santa Maria da Feira são uma realidade que, infelizmente, se continua a verificar.-----

O mais recente relato conhecido no concelho é o caso de uma moradora com mobilidade



condicionada do bairro social de Milheirós de Poiares que, por falta de uma rampa de acesso ao prédio, está impedida de sair de casa. -----

O Bloco de Esquerda lembra que existe legislação que proíbe as barreiras arquitetónicas nos espaços públicos e nos edifícios públicos.-----

Por diversas vezes temos alertado para a necessidade das entidades públicas cumprirem escrupulosamente a lei, dando o exemplo aos seus cidadãos. -----

Como tem vindo lamentavelmente a ser regra, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira está em incumprimento, há vários anos, com o Decreto-Lei n.º 163/2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.-----

Este incumprimento da lei por parte da autarquia e do seu presidente da Câmara é grave, revelando desprezo pelo estado de direito e pelas pessoas com mobilidade condicionada.-----

Estas situações, causam grandes transtornos na vida das pessoas com mobilidade condicionada e em nada dignificam a vida desses mesmos cidadãos.-----

O Bloco de Esquerda lembra a lamentável frase do Presidente da Câmara: “os edifícios municipais são todos acessíveis, podem é não ser acessíveis a todos!”. -----

Esta frase é, infelizmente, a demonstração da forma leviana e insensível como a autarquia trata do problema das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada e a forma prepotente como o Presidente da Câmara encara um problema que afeta a vida de muitos feirenses.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 5 de abril de 2019, recomenda: -----

1. Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira cumpra e faça cumprir com o Decreto-Lei n.º 163/2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/2017;-----
2. Que se resolva de forma célere a situação verificada no prédio de habitação social de Milheirós de Poiares; -----
3. Que resolva todos os casos identificados no concelho.” -----

-----  
“RECOMENDAÇÃO – CAMPANHA URGENTE DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS ERRANTES-----

No concelho de Santa Maria da Feira tem aumentado enormemente o número de animais errantes. O problema não é o de uma lei que proibiu o abate de animais; o problema é o de



uma Câmara Municipal que não implementou nem implementa medidas para esterilização de animais, tampouco se adaptou à nova lei, apesar de ter tido 2 anos para o fazer. -----  
Recentemente foi publicado o despacho 2301/2019, que estabeleceu, no n.º 3 do artigo 2.º, como tarefa dos organismos da administração central do Estado, em colaboração com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população, com o objetivo de, a prazo, assegurar a eliminação do recurso à eutanásia para o efeito. -----

No concelho de Santa Maria da Feira, devido à falta de esterilização dos animais errantes, estamos perante um caso de natureza urgente e que exige uma rápida intervenção por parte da Câmara Municipal. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 5 de abril de 2019, recomenda: -----

1. Avançar com uma campanha de esterilização de todos os animais errantes existentes no concelho de Santa Maria da Feira, até ao dia 31 de dezembro do ano de 2019; -----
2. Avançar para a rápida construção do centro veterinário, há muito prometido e que estava previsto entrar em funcionamento no passado ano de 2018; -----
3. Fazer diligências junto da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, para que finalmente se crie as condições indispensáveis para que o canil intermunicipal cumpra com as suas verdadeiras funções e que abandone a inércia que tem sido infelizmente o seu modo de ação.” -----

-----  
“RECOMENDAÇÃO – TRANSPORTES PÚBLICOS MAIS ACESSÍVEIS A TODOS -----  
Entrou em vigor, no dia 1 de abril, o novo tarifário de passe único de transportes nas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais. -----

Esta medida, que tem a marca do Bloco de Esquerda e que foi aprovada no Orçamento do Estado para 2019, ainda que com os votos contra do PSD e do CDS, pode beneficiar em muito os feirenses. -----

De facto, segundo esta medida, o tarifário para o passe metropolitano é de 40 € mensais. Isto representa uma redução muito significativa da despesa dos munícipes que têm que se deslocar regularmente para o Porto ou para outros municípios, desde Oliveira de Azeméis até à Póvoa



de Varzim.-----  
De facto, com esta medida, os feirenses podem poupar muito dinheiro e, conseqüentemente, ter mais salário ao final do mês. Ao mesmo tempo, esta redução drástica dos tarifários dos transportes públicos é um incentivo muito forte à utilização do transporte público e à sustentabilidade ambiental.-----

Para além do passe para todas as zonas a 40 €, existe ainda a modalidade do passe a 30 € para deslocações até 3 zonas. Há ainda que entrar em vigor o passe família e a gratuidade para crianças e jovens.-----

Os caminhos da modernidade, só se concretizam quando se desencadeiam medidas por parte das autarquias, que proporcionem a criação de mecanismos indispensáveis para que todos os seus habitantes consigam ter acesso às melhores condições para se poderem qualificar.-----

A autarquia pode e deve ir além do que está previsto na lei, como alguns municípios já estão a fazer.-----

Minimizar os custos com os transportes, é um instrumento essencial para que os nossos munícipes desfrutem de melhores condições de acesso ao ensino. Para a concretização deste desidrato, a autarquia pode dar passos decisivos, minimizando os custos com os transportes dos nossos estudantes.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 5 de abril de 2019, recomenda ao Executivo Camarário:-----

1. Intervenha junto de todas as entidades de transportes públicos a operar no concelho para que todas sejam integradas no novo tarifário;-----
2. Pague os passes de todos os jovens até aos 18, que comprovadamente residam no concelho;
3. Que todos os feirenses que estudam nas universidades tenham o seu passe pago pela autarquia;-----
4. Proceda, de uma vez por todas, à construção de um centro coordenador de transportes.”-----

-----  
“VOTO DE SAUDAÇÃO – 1.º DE MAIO - DIA DO TRABALHADOR -----

No dia 1.º de Maio de 1886, 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, em manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada para oito horas de trabalho. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários. Mas os trabalhadores não se deixaram abater, todos achavam que eram



demais as horas diárias de trabalho, por isso, no dia 5 de Maio de 1886, quatro dias depois da reivindicação de Chicago, os operários voltaram às ruas e foram novamente reprimidos: 8 líderes presos, 4 trabalhadores executados e 3 condenados a prisão perpétua. Foi este o resultado desta segunda manifestação.-----

A luta não parou e a solidariedade internacional pressionou o governo americano a anular o falso julgamento e a elaborar novo júri, em 1888. Os membros que constituíam o júri reconheceram a inocência dos trabalhadores, culparam o Estado americano e ordenaram que soltassem os 3 presos. -----

Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1.º de Maio, como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. E, em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de trabalho de oito horas.-----

No entanto, em Portugal, ainda nos dias de hoje, identificam-se vários problemas no tecido laboral português que promovem a precariedade e a desregulação das relações laborais: o número de trabalhadores e trabalhadoras abrangidas por instrumentos de regulamentação coletiva encontram-se em mínimos históricos; as empresas de trabalho temporário continuam a ter lucros milionários todos os anos; os vínculos precários ou temporários ainda predominam.-----

Santa Maria da Feira não é exceção. São vários os exemplos de trabalhadores com vínculos precários, com horários desregulados que colocam em causa a saúde e vida familiar dos trabalhadores, como é o caso da laboração contínua, ou ainda os casos de assédio laboral.-----

Hoje, mais do que nunca, urge criar legislação que proteja os trabalhadores e reforce os seus direitos, que regule os seus horários, que impeça o assédio moral e a discriminação salarial e que pugne pelo cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho.-----

É por estas razões que saudar o 1.º de Maio não é só recordar o significado da luta dos operários de Chicago e das várias lutas travadas pelos trabalhadores ao longo dos tempos. -----

Saudar o 1.º de Maio é fundamentalmente combater todo o tipo de ataques aos direitos laborais; é combater todo o tipo de tentativas de desregulação laboral; é combater a precariedade; é também defender o desenvolvimento económico, o progresso social e uma sociedade mais justa e democrática.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, a 5 de abril de 2019, delibera:-----



Saudar o 1.º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público de qualidade.” -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO À GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL -----

A Greve Climática Estudantil decorreu em todo o globo na passada sexta-feira 15 de março. Em cerca de três dezenas de localidades portuguesas, milhares de alunos faltaram às aulas e saíram às ruas em protesto contra a inação face às alterações climáticas. -----

Tudo começou quando Greta Thunberg, ativista sueca de 16 anos, decidiu, em agosto de 2018, fazer greve às aulas em frente ao parlamento sueco, segurando o famoso cartaz “Greve à Escola pelo Clima.” O seu objetivo era chamar a atenção dos políticos e políticas suecas para a resolução séria e eficaz da crise climática. -----

Louvamos e apoiaremos as mais diversas formas de luta que façam da resolução da crise climática a sua prioridade, cumprindo medidas como as reivindicadas no manifesto da Greve Climática Estudantil. -----

Com esta greve, milhares de jovens protestam contra a inércia das e dos governantes face às alterações climáticas, exigindo uma mudança de paradigma, nomeadamente a proibição da exploração de combustíveis fósseis em Portugal, a expansão significativa das energias renováveis, particularmente da energia solar (a produção elétrica ser 100% assegurada por energias renováveis até 2030) e o melhoramento eficiente e drástico do sistema de transportes públicos. -----

A urgência climática tem que levar as nações a alterar as formas de organização social e económica geradoras de crises humanitárias e de destruição da biodiversidade. A resposta às necessidades sociais deve ser dada por modos de produção sustentáveis. -----

Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são visíveis, em particular nos incêndios florestais, na erosão costeira e na maior frequência de fenómenos climáticos extremos. Em breve, se nada for feito, as alterações climáticas atingirão um ponto de não retorno com efeitos devastadores para a natureza e para a humanidade. -----

Tal como as e os estudantes, também nós consideramos que é tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis, mudando o paradigma das políticas que tem



sido base da mesma atitude e comportamento de sempre: a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra. -----

É hora de todas e todos nós, jovens e menos jovens, trabalhadoras e estudantes, lutarmos com vigor contra aqueles que pretendem continuar a usurpar e delapidar os nossos recursos naturais, que não respeitam as árvores, os animais ou as florestas do nosso planeta, mas também do município. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão plenária de 5 de abril de 2019: -----

Saúda o movimento estudantil e a greve climática estudantil na prossecução de medidas que contribuam para o melhoramento das decisões políticas e na salvaguarda do meio ambiente, encorajando a juventude e toda a sociedade à expressão cívica da maior exigência quanto à adoção das medidas urgentes necessárias para enfrentar as alterações climáticas. -----

Este voto de saudação, a ser aprovado, deve ser enviado a todos os Agrupamentos Escolares do Município e às Associações de Estudantes e Jovens do concelho.” -----

-----  
“VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE COM O POVO DE MOÇAMBIQUE -----

No passado dia 15 de março a região central de Moçambique foi atingida pelo Ciclone Idai. Chuvas e ventos fortes foram responsáveis pela subida dos rios, derrocadas e deslizamentos de terras que provocaram a destruição de comunidades inteiras desta região. -----

Com centenas de mortos, milhares de feridos e desaparecidos, é imensa a destruição que resulta deste ciclone e são incontáveis os prejuízos económicos. -----

O auxílio a todas as pessoas atingidas por esta calamidade ainda decorre e demorará muito tempo até que as suas vidas possam voltar a ser o que eram. -----

A cooperação dos países lusófonos é, nestes momentos, o laço mais forte na união dos povos que tanto cruzam a sua história, cultura e relações sociais e económicas. -----

Face ao excedente orçamental anunciado pelo executivo da Câmara Municipal, o nosso concelho tem condições económicas para ajudar a população afetada por esta catástrofe de dimensões incalculáveis. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 5 de abril de 2019: -----

Manifesta o profundo pesar e solidariedade com o povo de Moçambique e apela à





participação do município no apoio concreto aos atingidos pelo ciclone Idai, nomeadamente em termos financeiros.” -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* que começou por dar nota que o grupo municipal do PS concorda com todas as recomendações e votos apresentados, mas que queria acrescentar alguns pormenores em relação a algumas das matérias tratadas. -----

Salientou, quanto à situação de Moçambique, que não basta demonstrar solidariedade no papel, que o povo moçambicano precisa mais do que isso, pelo que considera que a Câmara poderá encetar diligências para que o município de Santa Maria da Feira ajude naquilo que for necessário.-----

Sobre a recomendação apresentada pelo CDS-PP disse que o grupo municipal do PS é favorável à criação da agenda cultural no site da Câmara, e que até queria sugerir algo que viu no site de um município português, em que há um mapa do concelho no qual estão identificados os eventos que vão ser realizados, e, ao clicar em cada um deles, aparece a informação respetiva, como a apresentação do evento, a localização, o preço do bilhete, o horário, e demais informações. Realçou que, dessa maneira, as pessoas ficariam a saber quais os eventos a realizar nas diversas freguesias do Concelho, e não só na freguesia sede do mesmo, bem como informação de cada evento, frisando que essa seria uma forma importante para promover os eventos culturais e desportivos a realizar por todo o Concelho.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro *Sérgio Cirino* reafirmou que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente todos os documentos apresentados. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dar nota que, evidentemente, iria votar a favor os votos de pesar e de solidariedade com Moçambique, assim como a recomendação do CDS-PP relativa à agenda de eventos no site porque considera que isso permite uma melhor divulgação dos eventos a realizar no Município.-----

Em relação às propostas do BE referiu que também iria votar a favor a recomendação pela eliminação das barreiras arquitetónicas, salientando que o Município tem esse problema e que a Câmara não está a cumprir a lei em muitos dos edifícios que são da sua responsabilidade, seja edifícios de habitação social ou outros. Disse ser premente acelerar o processo de fazer cumprir a legislação para que todos os cidadãos possam ter acesso aos edifícios e possam ter



as devidas condições para circular na via pública. -----

Quanto à questão da esterilização dos animais errantes disse também ser um problema social, salientando que a CDU entende que há necessidade de fazer mais nessa matéria até porque é sabido que as associações privadas não têm capacidade para resolver este problema, nem sequer para o minimizar. Realçou que o canil intermunicipal está constantemente sobrelotado e sem condições para receber mais animais, acrescentando que o processo terá que passar pela castração dos animais para, desse modo, haver um maior controlo. Referiu que existem matilhas de animais errantes em várias freguesias, que quem circula pelo Concelho constata não se tratar de um problema apenas verificado na sede do Município, fazendo notar que iria votar favoravelmente essa recomendação. -----

Informou que também iria votar favoravelmente o voto de saudação ao 1.º de Maio, Dia do Trabalhador. -----

Relativamente às matérias relacionados com a greve climática estudantil e com os transportes públicos disse que, apesar desses documentos serem um pouco mais controversos, também os iria votar favoravelmente. -----

Em relação à greve climática estudantil disse ser evidente que se deve apoiá-la, até porque é potenciada por jovens, ressaltando que se deve acarinhar e trazer os jovens para a discussão pública e que esta situação é uma oportunidade para o fazer. Salientou que, contudo, é da opinião que uma negociação ou uma exigência não deve começar pela greve, mas que foi isso que aconteceu, acrescentando que, apesar de achar compreensível que tenha acontecido desse modo, a greve em si não chega, que é preciso trazer propostas e é preciso trabalhar, diariamente, para que tais propostas sejam validadas. -----

Disse que, em maio próximo, realizar-se-ão as eleições europeias pelo que este é um grande momento para discutir estas questões climáticas, realçando ser sabido que, na União Europeia, as políticas climáticas são um tanto ou quanto antagónicas, que são demagógicas. Aludiu à questão do dióxido de carbono, comentando que cada país só pode produzir uma determinada quantidade, mas, depois, pode vender a quota que tem, ressaltando que existe todo um grande negócio em que as grandes empresas vão comprando e vendendo, como que existindo uma bolsa do carbono a nível europeu, comentando que essa situação é incompreensível e que não traz benefícios nenhuns, nem para o clima nem sequer para a economia. -----

Em relação à recomendação que aborda a questão dos transportes públicos disse parecer



evidente à CDU que o Município carece de um reforço dos transportes públicos que tem. Salientou, quanto à afirmação do BE no sentido de que a medida do passe único tem a marca do BE, que em certa medida até tem, mas que é preciso lembrar que a CDU vem apresentando essa medida desde 1997, fazendo sobressair que, nesse ano, a Assembleia da República rejeitou uma proposta da CDU com os votos contra dos restantes partidos, com a exceção do CDS-PP que se absteve, e que, em 2016, o BE votou contra outra proposta da CDU a propor tal medida.-----

Realçou que, portanto, esta proposta já poderia estar efetivada há muito mais tempo, frisando ser a maior medida estrutural nos transportes públicos a nível nacional, em que os benefícios serão muito maiores do que os encargos que vai ter, seja no Orçamento de Estado seja nos orçamentos dos municípios, que também terão de contribuir.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse que a verdade é que o município de Santa Maria da Feira não está propriamente na vanguarda no que respeita aos transportes públicos, salientando que se é verdade que o Município tem a redução do preço do passe, também é verdade que não tem o passe único, para além do problema que tem da falta de transportes públicos.-----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que iria votar a favor a recomendação do BE pela eliminação das barreiras arquitetónicas, bem como o voto de saudação ao 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, uma vez que os considerandos apresentados pelo BE nesse voto não estão, desta vez, contra o CDS-PP.-----

Referiu que o CDS-PP também acompanha a recomendação para fazer uma campanha de esterilização de animais errantes porque considera preocupante o que se passa no Concelho a esse respeito, e por entender que é preciso celeridade na aplicação da legislação existente bem como promover outro tipo de soluções para além da esterilização. -----

Em relação à recomendação sobre os transportes públicos mais acessíveis a todos, salientou que o CDS-PP considera que Santa Maria da Feira necessita de mais e melhores transportes públicos, em todas as freguesias do Concelho, frisando que é vital haver uma rede de transportes públicos que possibilite à população poder movimentar-se facilmente em todo o Município, beneficiando da potencialidade de cada uma das freguesias e podendo usufruir do passe único. -----



Sobre o voto de saudação à greve climática estudantil realçou que o CDS-PP está preocupado com as questões ambientais e olha para as questões climáticas como um problema global, pelo que considera importante ver a juventude intervir, publicamente, neste tipo de questões.-----

Informou, acerca dos votos de pesar e solidariedade ao povo de Moçambique devido ao ciclone que atingiu aquele país, que o CDS-PP iria, naturalmente, acompanhar, reforçando a preocupação solidária para com o povo moçambicano.-----

Referiu que o CDS-PP acompanha o voto de solidariedade aos trabalhadores apresentado pela CDU, bem como o voto de louvor à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, destacando o trabalho que tem sido feito por essa Associação, principalmente em Santa Maria da Feira.-----

Disse que também iria votar favoravelmente a recomendação sobre a rota do turismo industrial, salientando que o CDS-PP considera o turismo uma das formas fundamentais para o desenvolvimento do Município.-----

Concluindo, aludiu à recomendação sobre o abandono progressivo do uso de herbicidas para dizer que iria votar a favor até porque a mesma vem ao encontro de uma recomendação que o CDS-PP já havia apresentado, numa sessão anterior desta Assembleia Municipal, no mesmo sentido, e que foi aprovada.-----

-----  
Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que começou por dizer que o BE iria acompanhar todos os documentos em discussão, comentando ser da opinião que os temas tratados são abrangentes e que merecem o apoio de todos.-----

Disse querer aproveitar para fazer duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara, e que a primeira se prende com a utilização do glifosato no Concelho, questionando qual a realidade da utilização desse agente.-----

Concluindo, questionou também se a multinacional norte americana Amy's Kitchen vem, ou não, para Santa Maria da Feira, salientando ser uma questão que tem causado algumas dúvidas e que o BE gostaria de ver esclarecida.-----

-----  
O *Sr. Presidente da Assembleia* realçou que ainda se estava a discutir as recomendações e os votos, pelo que as questões levantadas pelo membro Pedro Ferreira seriam respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara no momento adequado. De seguida, passou a palavra ao membro



José Manuel Leão para que este se pronunciasse sobre as recomendações e votos em apreço. --

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que, começando por aludir à recomendação apresentada pelo CDS-PP sobre a criação de uma agenda de eventos no site da Câmara, disse que o grupo municipal do PSD a iria votar a favor, para reforçar, apesar de já existir praticamente tudo o que é proposto na mesma.-----

Referiu, sobre o voto de solidariedade com os trabalhadores, apresentado pela CDU, que o grupo municipal do PSD também o iria votar favoravelmente, mas que, contudo, queria fazer uma chamada de atenção. Disse que se bate muito na tecla da igualdade de género quando se vê que um médico tem o mesmo salário que uma médica, que um enfermeiro tem o mesmo salário que uma enfermeira ou que um professor ganha o mesmo que uma professora, mas que já não se consegue fazer a comparação, por exemplo, no que respeita aos trolhas ou aos pedreiros porque não há mulheres nessas profissões, comentando não se poder comparar o que é incomparável. Salientou que o PSD é, naturalmente, favorável ao tratamento igual das pessoas, independentemente de serem do sexo feminino ou masculino, mas que fazia um apelo pessoal no sentido de se evitar colocar, nos entretantos das propostas, tais situações que considera serem, por vezes, um exagero.-----

Sobre o voto de louvor à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho informou que o grupo municipal do PSD o iria votar, naturalmente, a favor.-----

Em relação à recomendação pela eliminação das barreiras arquitetónicas, apresentada pelo BE, informou que o grupo municipal do PSD iria votar contra porque não pode engolir coisas que até podem ser simpáticas, mas que contêm questões absurdas. Salientou não poder votar a favor o ponto 3 da recomendação, o qual diz para se resolver todos os casos identificados no Concelho, porque é sabido que a Câmara não tem possibilidade nenhuma de resolver todos os casos de barreiras arquitetónicas que existem no Concelho, por muito trabalho que desenvolva e por muito que seja pioneira a nível nacional. Frisou que se os proponentes dos documentos querem merecer o voto favorável do PSD, então que se devem preocupar em ser mais concretos, em não incluir situações que são impossíveis de concretizar, comentando que incluir tais situações é demagogia.-----

Em relação ao voto de saudação à greve climática estudantil, referiu que os jovens têm muitas formas de defender o clima e as questões climáticas, que não é a fazer greve e a não ir às aulas



que defendem o Ambiente, ressaltando que o que é preciso é que os jovens trabalhem no sentido deles próprios, e de quem os rodeia e de quem possam influenciar, tenham atitudes amigas do Ambiente. Realçou que o PSD é muito pragmático nesta situação, que entende que não é com greves nem com o faltar às aulas que se resolve seja o que for, pelo que iria votar contra o referido voto. -----

Disse, em relação à recomendação sobre a realização de uma campanha urgente de esterilização de animais errantes, que não há milagres e que as câmaras municipais nem sequer podem recolher mais animais porque não têm onde os colocar, dado os canis estarem sobrelotados. Salientou que, para fazer a esterilização, é preciso que os animais permaneçam no canil durante vários dias, pelo que, não havendo vagas para tal, é impossível proceder às esterilizações, fazendo sobressair que todos os animais que entram no canil intermunicipal são esterilizados. Realçou que fazer mais do que isso é impossível, pelo que o grupo municipal do PSD vota contra essa recomendação por entender que a mesma é demagógica. -----

Sobre a recomendação do BE a propósito dos transportes públicos mais acessíveis para todos disse que, apesar de concordar inteiramente com o título, não pode concordar com a tentativa do BE de ficar com os louros do passe único, comentando que, tal como abordou o membro Filipe Moreira, da CDU, o BE não pode querer louros naquilo em que não tem louros nenhuns. Referiu que a medida do passe único se deve ao trabalho dos autarcas das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, acrescentando que se alguém pode ter um louro especial é o Presidente da Câmara de Lisboa porque, em 2018, reuniu, em Sintra, com outros seus colegas, e que foi aí que tudo ficou decidido. Salientou que o Sr. Primeiro-Ministro apanhou, e muito bem, a ideia e as soluções que foram definidas nessa reunião, e implementou-as, reafirmando que o BE não teve louros pelo que não pode vir para esta Assembleia tentar colher louros que não tem, fazendo notar que, por essa razão, o grupo municipal do PSD iria votar contra essa recomendação. -----

Informou que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente o voto de pesar e de solidariedade com o povo de Moçambique, bem como o voto de saudação ao 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, ambos apresentados pelo BE. -----

Referiu, em relação à recomendação apresentada pela CDU sobre a rota do turismo industrial, que a CDU deve ter um informador dentro da Câmara que lhe vai pondo a par daquilo que a própria Câmara vai fazendo, ressaltando que Santa Maria da Feira é um dos municípios



pioneiros na questão da rede portuguesa do turismo industrial e vai ser dos primeiros a ter aquilo que a CDU deseja. Realçou que, se a Câmara é pioneira nessa matéria, até seria estúpido o grupo municipal do PSD não votar favoravelmente essa recomendação. -----  
Concluindo a sua intervenção, o membro José Manuel Leão deu ainda nota que o grupo municipal do PSD também iria votar favoravelmente a recomendação da CDU para o abandono progressivo do uso de herbicidas. -----

-----  
O membro *Pedro Ferreira* (BE) pediu novamente o uso da palavra, o que lhe foi concedido. Referiu não se tratar de uma questão de demagogia, mas sim de cumprir a lei, salientando que aquilo que não acontece, neste momento, é o cumprimento do decreto-lei que obriga a eliminar todas as barreiras arquitetónicas. -----

Sobre a questão da greve climática disse perceber a simpatia do PCP e do PSD, apesar de por razões diferentes, fazendo sobressair que, contudo, não é uma questão de faltar às aulas ou de fazer greve às aulas, até porque não houve nenhum sindicato a declarar greve às aulas, mas sim uma questão em que milhares de estudantes se juntaram, pelo País inteiro, a lutar por um futuro melhor. Referiu que uma antiga Ministra do Ambiente se juntou, em Lisboa, a essa manifestação, apesar de ser sabido a culpa que ela tem no cartório. -----

Em relação à afirmação de que o BE está à procura de louros, frisou não se tratar de uma questão de louros, acrescentando que foi dito que as autarquias têm um grande papel na questão dos transportes, mas que, em Santa Maria da Feira, todos conhecem a realidade do Concelho no que respeita aos transportes. Concluindo, disse entender que o PCP venha lutar por essa bandeira, mas que essa bandeira é do atual Governo, que é da atual solução governativa, à qual o PSD votou contra. -----

-----  
Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– “*Voto de solidariedade com os trabalhadores*”, apresentada pela CDU: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----  
-----



– *Voto de Louvor à “Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho”, apresentado pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Abandono progressivo do uso de herbicidas”, apresentada pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Rota do Turismo Industrial”, apresentada pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Criação de uma agenda de eventos no site da Câmara Municipal”, apresentada pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Pela eliminação das barreiras arquitetónicas”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 29 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Campanha urgente de esterilização de animais errantes”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), 29 votos contra (PSD) e 2 abstenções (PS – Rui Alves Rios e





Valdemar Silva), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Recomendação "Transportes públicos mais acessíveis a todos", apresentada pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 29 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Voto de Saudação "1.º de Maio – Dia do Trabalhador", apresentado pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *"Voto de pesar e solidariedade com o povo de Moçambique", apresentado pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *"Voto de Saudação à Greve Climática Estudantil", apresentado pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1, PSD: 1 – Amadeu Albergaria) e 28 votos contra (PSD), rejeitar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Voto de pesar e solidariedade "Pela tragédia provocada pela passagem do Ciclone Idai por Moçambique", apresentado pelo PSD:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

De seguida, dando cumprimento ao deliberado, foi guardado um minuto de silêncio pelas vítimas do Ciclone Idai, ocorrido em Moçambique. -----



*Entraram os membros Juliana Rocha e António Valdemar Ribeiro.* -----

-----  
Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por colocar uma questão relacionada com a limpeza da floresta no Município. Referiu que, nas últimas semanas, as temperaturas foram muito altas e que isso levou à ocorrência de fogos, nomeadamente no município vizinho de Castelo de Paiva, comentando que esse município tem sido fustigado pelos fogos florestais nos últimos anos, tendo visto arder mais de 80% da sua floresta.-----

Disse que, fruto da alteração da lei, há municípios que não estão a conseguir cumprir com a limpeza das florestas, designadamente a limpeza dos terrenos privados cujos proprietários não cumpriram essa obrigação, ficando a limpeza dos mesmos a cargo das câmaras municipais que, depois, serão ressarcidas dessa despesa. -----

Salientou que Santa Maria da Feira é um município que tem uma área florestal considerável, questionando à Câmara qual o ponto de situação, se a Câmara teve capacidade para efetivar essa limpeza ou se ainda está a realizar esse trabalho.-----

Referiu que outra questão diz respeito ao financiamento que existe, do governo, para a criação de pontos de carregamento de viaturas elétricas, questionando se a Câmara recorreu a esses fundos, se tem intenções de colocar pontos de carregamentos elétricos no Município, e, se sim, quantos e em que freguesias. -----

Disse que a última questão é relativa ao passe único dos transportes, comentando que essa medida é daquelas que todos querem ser o pai da criança, e que isso se constatou nesta sessão, ressaltando que o Sr. Presidente da Câmara também diz ser um bocadinho o pai da criança, designadamente no vídeo partilhado pela Câmara em que o Sr. Presidente está, à frente de um autocarro, a explicar a situação da redução do preço do passe. -----

Salientou que a Área Metropolitana de Lisboa é totalmente diferente da Área Metropolitana do Porto, do ponto de vista dos serviços que tem e da forma como os efetiva, ressaltando que Santa Maria da Feira, apesar de pertencer à Área Metropolitana do Porto, não tem acesso à

---



rede de transportes rodoviários que têm, por exemplo, os municípios de Vila Nova de Gaia, Porto, Gondomar ou Matosinhos. Disse que Santa Maria da Feira tem uma carência efetiva de transportes públicos e que, sobre isso, até costumar dizer que há um hipermercado, em Santa Maria da Feira, que presta o serviço público de transportes melhor do que a Câmara Municipal, porque abrange uma área maior do Município do que o Transfeira, que é o transporte coletivo regular de passageiros que circula numa área muito central do Município.-- Realçou que, para além disso, apesar de serem muitos os feirenses que, certamente, irão beneficiar do passe municipal, não sabe se serão muitos os que irão usufruir do passe intermunicipal, até porque ainda não têm acesso ao passe único.-----  
Concluindo, disse que a redução do passe é financiada pelo Orçamento de Estado e, também, pelo orçamento municipal, questionando se a Câmara está a tomar diligências junto de todas as empresas privadas que operam no Município no sentido de que, para além da redução do preço dos passes, implementem o passe único, ou seja, o passe intermodal.-----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por recordar que, na última sessão da Assembleia, questionou a Câmara sobre a criação de um mapa municipal de percursos pedonais, tendo o Sr. Presidente da Câmara lhe respondido que tais percursos já estão contemplados no Plano Diretor Municipal (PDM). Sobre isso, questionou ao Sr. Presidente da Câmara se considera exequível que um turista, chegando a Santa Maria da Feira, tenha de consultar o PDM para conhecer tais percursos. -----

Questionou, também, qual a solução e a perspetiva que a Câmara tem para o edifício que ardeu no lugar do Rossio, se a fachada que ali existe vai permanecer, fazendo sobressair que os eventos de escala que se realizam no Município estão à porta. -----

Concluindo disse que, na última sessão da Assembleia Municipal, também questionou a Câmara sobre o crime ambiental ocorrido na Ribeira de Rio Maior, junto ao Museu do Papel, voltando a perguntar quem são, afinal, os culpados daquele atentado, qual a situação atual daquele recurso hídrico e quais as consequências que trouxe para a atratividade do Museu do Papel.-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Carla Pinto* (PS), dizendo querer colocar algumas questões relativamente à nova Escola EB 2,3 Fernando Pessoa. Salientou que, apesar de ser importante



ter escolas novas e, logicamente, com melhores condições que as anteriores, não podem ser esquecidos alguns problemas estruturais e de requalificação do espaço envolvente daquela escola, que estão por solucionar.-----

Salientou que, contudo, se queria referir concretamente à questão do piso da escola, dizendo ter sido informada que há problemas com o mesmo porque está, provavelmente devido ao uso, a libertar um pó que tem causado alguns constrangimentos, principalmente às pessoas que sofrem de asma, questionando à Câmara o que pode ser feito relativamente a essa situação. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, uma vez que a Câmara se diz tão preocupada com a rede rodoviária do Concelho, queria questionar para quando a criação de uma equipa que apresente propostas concretas para melhorar a segurança das estradas concelhias. Disse querer dar dois exemplos, o primeiro na Rua de São Miguel, na Corga de Lobão, no cruzamento que dá para a estrada de Gião, salientando existir um sinal de Stop que ninguém vê, e que os acidentes se sucedem, comentando que, se calhar, bastaria colocar, mais atrás, um sinal de aproximação de estrada com prioridade.-----

Referiu que outro exemplo diz respeito à questão das passadeiras e da limitação de velocidade junto ao Centro Escolar de Mosteirô, fazendo notar que esse problema podia ser rapidamente resolvido. Frisou que se a Câmara tem tanta preocupação com a rede viária, tal preocupação devia fazer-se acompanhar da implementação de medidas de segurança da mesma rede viária. Concluindo, disse querer endereçar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara porque, com o tempo que gastou ao fazer uma simples assinatura no âmbito dos passes sociais, fez mais pelos transportes públicos no Concelho do que fez a Câmara Municipal nos últimos 40 anos, sob a liderança do PSD. -----

-----  
Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que disse também querer abordar a questão das limpezas florestais, no seguimento do mencionado pelo membro Filipe Moreira. Realçou que se, por um lado, muitas pessoas ainda não tiveram oportunidade ou disponibilidade para fazer a limpeza dos seus terrenos, por outro lado tem-se assistido, nos últimos meses, a uma devassa enorme de espécies e de áreas florestadas do Concelho.-----

Salientou que, sendo o Concelho essencialmente constituído por pequenas propriedades, caso



se leve à letra as exigências legais respeitantes à limpeza dos terrenos, nomeadamente no que refere ao afastamento dos aglomerados populacionais, ao afastamento à via pública, ao afastamento entre copas de árvores, pouco restará. Disse considerar necessário que haja uma sensibilização, provavelmente com o envolvimento das juntas de freguesia, para que não se proceda a um corte radical das árvores, reafirmando que poucas árvores restarão de pé num pinhal caso a gestão do mesmo respeite todas as exigências legais.-----

Concluindo, disse ser da opinião que deve haver uma política para a reflorestação, nomeadamente com árvores autóctones, com a participação do Município, no sentido de não continuar a devassa da floresta que está a verificar-se no concelho de Santa Maria da Feira.----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer, em relação à questão colocada pelo membro Filipe Moreira sobre a limpeza das florestas, que a Câmara tem conseguido cumprir o que a lei determina, informando estar a decorrer um concurso para fazer a limpeza das matas. Referiu entender que há necessidade de o legislador rever esta matéria com alguma brevidade, comentando que produzir legislação é fácil, mas que, muitas vezes, não é nada fácil cumpri-la. -----

Salientou que, conforme disse o membro Rui Ribeiro, assiste-se a casos em que há um corte a rapar, como se costuma dizer, destruindo-se praticamente todas as espécies vegetais, cortando-se árvores que não se deviam cortar, destacando que isso vai ter consequências muito graves para o coberto vegetal, e, com as chuvas, vai haver arrastamentos de terra. -----

Disse que, ainda há alguns dias, ouviu os proprietários da Quinta do Seixal lamentarem-se porque estão intimados, sob ameaça de multa, para efetuarem o corte de árvores que são carvalhos centenários, só porque não cumprem as distâncias entre copas. Referiu compreender que, após as mortes ocorridas em 2017 devido aos incêndios, a primeira abordagem foi muito emotiva, ressaltando que, na sua opinião, está na altura de o legislador voltar a olhar para essa questão e definir melhor o que é necessário cortar, comentando ser muito mau o que está a acontecer porque, em muitas propriedades, está a ser cortado tudo a eito. -----

Sobre os pontos de carregamento de viaturas elétricas disse que a Câmara abriu um concurso para a instalação de 4 mas que o mesmo ficou deserto, pelo que abrirá um novo, fazendo notar que, de qualquer das formas, já existem, pelo menos, 2 postos de carregamento privados no Concelho.-----



Em relação às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos referiu, sobre os percursos pedonais, que os mesmos estão representados nos mapas que o Município tem, pelo que não percebeu qual é a dúvida, frisando que o principal percurso pedonal do Concelho é o percurso do Ufma e que esse está representado e referido em vários sítios, acrescentando que existem mais alguns percursos no Concelho, mas que esses têm pouca expressão.-----

Quanto ao edifício do Rossio que sofreu um incêndio fez notar que, obviamente, cabe aos proprietários fazerem as obras. Deu nota que a Câmara está a pressionar nesse sentido, que sabe que um dos proprietários já está muito adiantado na intenção de fazer as obras, mas que o outro nem tanto, comentando que, por vezes, estas situações envolvem herdeiros, o que torna tudo mais difícil.-----

No respeitante à poluição na Ribeira de Rio Maior disse que, numa parceria entre o Município, a Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH Norte) e o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), está a ser feita uma fiscalização a todas as indústrias que estão naquela bacia para tentar detetar a origem do problema. Fez notar que não é nada fácil detetar porque, muitas vezes, as infraestruturas estão enterradas, têm dezenas de anos e nem os proprietários sabem para onde é feito o escoamento, reforçando que está a ser feita essa fiscalização.-----

Sobre as questões colocadas pelo membro Pedro Ferreira disse, relativamente à questão sobre o uso de glifosato na limpeza das bermas e valetas, e demais vegetações, que essa limpeza é, na globalidade, feita pelas juntas de freguesia porque é uma competência que lhes foi delegada. Referiu haver uma pequena parte, designadamente no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira, que é feita pela Câmara, através da empresa SUMA, dizendo julgar que a empresa não utiliza o glifosato, mas que a Câmara iria averiguar essa situação.-----

No respeitante à multinacional Amy's Kitchen, se vem ou não para Santa Maria da Feira, disse que, como já falou por diversas vezes, a multinacional não avançou com o investimento por causa da questão da saída do Reino Unido da União Europeia, apelidada de Brexit. Disse ter contactado, na semana passada, responsáveis da Amy's Kitchen porque apareceu uma empresa multinacional alemã interessada no terreno, tendo constatado que a Amy's Kitchen não quer vender o terreno, pelo qual pagou quase 3 milhões de euros, pelo que presume que aquela multinacional mantém a intenção de investir em Santa Maria da Feira, estando a aguardar pelo desfecho do Brexit para decidir o que fazer.-----



Sobre a questão do piso na Escola EB 2,3 Fernando Pessoa, colocada pela deputada municipal Carla Pinto, disse julgar que o mesmo já foi alvo de uma intervenção, designadamente de envernizamento, mas que iria mandar averiguar essa situação. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino, a respeito da segurança rodoviária, informou que a Câmara tem uma divisão de trânsito e de segurança rodoviária, fazendo notar que o Concelho tem 1.400 quilómetros de estradas e que admite que pode haver uma ou outra situação que necessita ser resolvida. Frisou que a Câmara procura articular esse trabalho com as juntas de freguesia, mas que, contudo, quando alguém alerta para uma outra situação, a Câmara está disponível para acolher e tentar resolver o problema, acrescentando que a Câmara recebe relatórios com os pontos críticos do Concelho e procura resolver tais casos, reforçando que a Câmara estará sempre disponível para tentar resolver alguma situação mais crítica que apareça. -----

Quanto à questão da colocação de passadeiras junto ao Centro Escolar de Mosteirô, informou que aquela estrada não é municipal, acrescentando que é preciso perceber que qualquer execução de passadeiras deve ser muito cuidadosa e muito bem ponderada para não criar o efeito contrário ao pretendido, para que não seja um convite ao desastre. Frisou que quando as passadeiras não são executadas em sítios que reúnam as devidas condições acabam por ser um perigo para quem as atravessa, fazendo notar que 70% dos atropelamentos em Portugal acontecem nas passadeiras. Ressaltou que, com isto, não estava a dizer que esse é o caso verificado junto ao Centro Escolar de Mosteirô, que apenas estava a deixar essa chamada de atenção em relação à execução das passadeiras. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo à questão do passe único, abordada por vários membros, para dar uma nota sobre o trabalho que foi feito no que respeita ao concelho de Santa Maria da Feira. Disse não querer reivindicar louros para si porque foi um trabalho que envolveu muita gente, que se iniciou em 2017, era então Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, recordando que, nessa altura, já falava que a grande prioridade para a Área Metropolitana do Porto era a questão dos transportes e da mobilidade, que entendia que esse era o grande problema, comentando que quem quiser comprovar isso basta recuperar as intervenções públicas que fez nesse período. -----

Referiu que qualquer pessoa que tenha de circular no Porto constata as grandes dificuldades que isso envolve bem como o excesso de carros que existe, comentando que até em Santa



Maria da Feira, onde, há uns anos, nunca havia engarrafamentos, atualmente já vê acontecer alguns engarrafamentos em determinados horários, ressaltando ser claro e evidente que a questão da mobilidade e dos transportes é o grande problema da Área Metropolitana do Porto, à qual pertence o município de Santa Maria da Feira. -----

Disse que, em 2017, a Área Metropolitana do Porto iniciou esse trabalho visando a implementação do passe único, junto com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, acrescentando que, nessa altura, desafiou a Área Metropolitana do Porto a também encomendar um estudo visando a ampliação da ferrovia, principalmente na parte sul da Área Metropolitana, por considerar ser também uma das grandes carências. Informou que, na sequência do trabalho que vinha sendo feito desde 2017, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto realizaram, em março de 2018, uma cimeira, que contou com a presença do Sr. Presidente da República e do Sr. Primeiro-Ministro, na qual foi assinado um memorando relativamente ao passe único. Salientou que quem fez o grande trabalho de fundo foi a Área Metropolitana de Lisboa, através de uma equipa técnica muito boa, liderada pelo Sr. Presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, acrescentando que o governo percebeu imediatamente que a medida do passe único era boa, e aproveitou-a. -----

Sobre a afirmação de que o PSD é contra essa medida, disse não ser verdade, ressaltando que não se ouviu nenhum autarca do PSD a dizer ser contra o passe único, antes pelo contrário, comentando considerar que se trata de uma medida quase consensual na sociedade portuguesa. Referiu que a medida do passe único tem as suas lacunas, algumas delas já elencadas, realçando que uma coisa é ter o passe único no Porto, Matosinhos ou em Vila Nova de Gaia, onde existem muitos transportes à disposição, como o metro, o comboio, a STCP, e outra coisa é ter em Arouca ou Vale de Cambra, ou até em Santa Maria da Feira, onde não existe tal variedade de transportes. -----

Salientou que, na Área Metropolitana do Porto, quando cada um dos presidentes de Câmara foram chamados a se pronunciar sobre este assunto, o que disse foi que o passe único é uma excelente medida para retirar carros das áreas metropolitanas e facilitar a mobilidade, mas que, agora, tem que se olhar para os meios de transporte da zona do segundo anel da Área Metropolitana, realçando que cada um poderá comprovar essas suas palavras através da ata dessa reunião. Frisou ser do entendimento que a próxima grande batalha é a ferrovia e que é por isso que se tem lutado pela Linha do Vouga, conjuntamente com as novas carreiras de





autocarros.-----

Referiu que houve um aproveitamento político porque a medida do passe único devia entrar em vigor depois dos concursos que vão ser lançados, no próximo mês de maio, para as linhas de transportes, mas que compreende e até concorda com o aproveitamento que foi feito.-----

Informou que o concelho de Santa Maria da Feira vai ter 270 ou 280 carreiras e que o modelo vai mudar completamente, fazendo notar que, hoje, as pessoas estão habituadas às carreiras da Auto Viação Feirense ou da Caima, ou de outro operador, que são concessões para uma determinada linha, em que o operador se candidatava ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes e recebia essa concessão. Disse que, na Área Metropolitana do Porto, vai usar-se um modelo diferente, designadamente a compra de quilómetros, em que serão lançados concursos para determinada linhas e os operadores vencedores serão pagos ao quilómetro, dando nota que a estimativa é que seja um valor entre 1,5 a 2 euros por quilómetro. -----

Realçou que, portanto, os operadores vão deixar de ser concessionários para passar a ser prestadores de serviços, ressaltando que ganharão os concursos aqueles que fizerem o melhor serviço ao mais baixo preço. Salientou que a adjudicação desses serviços vai demorar cerca de um ano, mas que o governo quis aproveitar e antecipou a entrada em vigor do passe único, o que causou alguns transtornos, comentando que nem todos os concelhos conseguiram, desde já, aplicar essa medida.-----

Informou serem três as operadoras no concelho de Santa Maria da Feira, fazendo notar que a Caima e a União de Transportes dos Carvalhos já vão aplicar o passe único a partir do dia 1 de maio, mas que a Auto Viação Feirense está mais atrasada porque o software que tem de validação dos passes é diferente, estando a negociar a alteração desse software. Salientou que a Auto Viação Feirense, num gesto de boa vontade, já começou a aplicar os descontos nos seus passes desde o dia 1 do corrente mês de abril, só que não é o passe único intermodal, dando nota que se está a tentar encontrar uma solução transitória, mas que não está a ser fácil.

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara realçou que, portanto, os feirenses já podem ter o passe intermodal, que, por exemplo, podem ir até ao Porto ou Vila Nova de Gaia e, lá, usarem o metro, dando ainda nota que, de Santa Maria da Feira para o Porto, existem autocarros de 15 em 15 minutos, mas que as pessoas se habituaram a andar de carro por ser mais cómodo e prático.-----

-----



**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1 – Atas:**

- Ata N.º 10 – Sessão Ordinária de 12 de novembro de 2018

- Ata N.º 11 – Sessão Ordinária de 1 de fevereiro de 2019

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação as atas em epígrafe, oportunamente enviadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas sessões não poderiam participar na votação das respetivas atas. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor das atas, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-as, separadamente, a votação.

*Ata N.º 10 – Sessão Ordinária de 12 de novembro de 2018:*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 42 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Susana Silva, Pedro Alves Ferreira, Bianca Almeida, Manuel Alçada, Rui Alves Rios, Nuno Rocha, Emanuel Silva, Manuel Leite e Alberto Tavares.

*Ata N.º 11 – Sessão Ordinária de 1 de fevereiro de 2019:*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 39 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Jorge Pereira, Manuel de Almeida, Manuel Strecht Monteiro, Lúcia Fernandes, Tiago Carneiro, Bianca Almeida, Manuel Alçada, Rui Alves Rios, Nuno Rocha, Emanuel Silva, Manuel Leite e Alberto Tavares.

*Saiu o membro Manuel Strecht Monteiro.*

**2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.751, em 28 de março de 2019 – que se faz acompanhar pelo II Relatório de



2019 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal e que se dá aqui por reproduzido. De seguida, submeteu o assunto a apreciação, recordando que o mesmo é presente à Assembleia para conhecimento.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Bianca Almeida** (BE) que começou por dizer que, ao ler a parte referente à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, lhe surgiram algumas dúvidas que gostava ver esclarecidas pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Referiu que, em primeiro lugar, queria perguntar sobre duas rubricas referentes a “Apoio de Comunicação Institucional”, uma relativa à “Gestão de Redes Sociais” e outra relativa a “Jornalismo”. Questionou que tipo de serviço são esses, perguntando ainda se a Câmara não tem, dentro dos seus quadros, profissionais para fazer esse trabalho, necessitando de recorrer a serviços externos. -----

Salientou que outra questão diz respeito à rubrica “Técnico de som”, ressaltando que a mesma aparece por duas vezes, ambas com o valor de 9.000 euros, questionando se foram dois serviços diferentes ou se se trata de algum erro, comentando que aparece ainda uma outra rubrica no mesmo montante, de “Técnico de luz”, solicitando ser esclarecida quanto a esses números redondos. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para esclarecer, sobre o apoio de comunicação para a gestão de redes sociais e de jornalismo, que tal tem a ver com serviços contratados externamente em virtude da ausência prolongada, por motivo de doença, de uma das funcionárias da Câmara que trabalha nessa área. -----

Sobre as requisições de serviços de som e luz, explicou serem serviços que a Câmara contratou a empresas externas, para os vários eventos, para várias situações. -----

-----  
Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

-----  
*Entrou o membro António Topa.* -----



Reentrou o membro *Manuel Strecht Monteiro*.-----

Saiu o membro *Daniel Gomes*.-----

**3 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2018**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe – enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos – e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 1 de abril de 2019, enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----  
“Da análise do documento pode-se retirar que a Câmara Municipal da Feira enriqueceu, a Câmara Municipal da Feira, hoje, tem mais dinheiro do que tinha há um ano atrás, nos cofres, fruto essencialmente do crescimento económico. Há mais pessoas a pagar impostos, há mais dinheiro de impostos a entrar.-----

A Câmara Municipal conseguiu diminuir a dívida, o que é também de salientar, e consegue pagar em média num prazo de 13 dias, que tem vindo a diminuir e que é, evidentemente, também de salientar e de louvar, porque assim poderá, entre outras coisas, negociar preços mais vantajosos para a Câmara Municipal.-----

E é preciso dizer e dar mão à palmatória que há coisas que foram bem feitas e que é preciso salientar, o *Sr. Presidente* salientou algumas delas, mas há, também, coisas que não foram feitas. E a prova disso é que a execução global do Orçamento foi de 63,45%, sendo que a despesa de capital foi apenas de 44,4%, arredondando aqui as décimas, o que implica que houve muito do Orçamento que foi aprovado que não foi executado.-----

Nós compreendemos que o Orçamento de 2018 foi feito logo a seguir às eleições, havia certamente alguma expectativa e alguma vontade de fazer muito, ou, pelo menos, de se mostrar, e que, se calhar, o ano de 2018 foi defraudando essas expectativas, e daí estes números da execução global, o que fará com que a análise do orçamento para o próximo ano



será totalmente diferente, porque, principalmente a oposição, quando for a analisar o orçamento, vai ter em consideração que a taxa de execução do orçamento do ano anterior não foi assim tão elevada.-----

O Sr. Presidente falou da 6.ª fase da requalificação das estradas. A 7.ª fase vai começar, foi lançado já o concurso, mas a verdade é que temos estradas que são, salvo erro, da 3.ª fase e que ainda estão por ter sinalização horizontal. É algo que se arrasta, pelo menos, há uns bons 2 anos, e é de lamentar, passou o inverno, já estamos na primavera, vem aí o verão, não é expectável que estas estradas, algumas delas o Sr. Presidente passará lá, se não todos os dias, praticamente todos os dias, para ir para a sua habitação, e saberá que é verdade, nomeadamente a Rua do Monte Grande, em Fiães, que está, há anos, sem sinalização horizontal. Isto é perigoso para os condutores, é perigoso para os peões, quando sabemos que há também um défice de passeios no nosso Município.-----

O Município que esteve durante largos anos virado para a circulação rodoviária, com uma ausência, que ainda há pouco se verificou, de praticamente transportes públicos, não é fácil circular no Município, mesmo de carro não é fácil circular, por questões até históricas, do crescimento do urbanismo, mas ainda hoje continua a ser difícil.-----

Continuamos sem ter, por exemplo, o Eixo das Cortiças, continuamos sem ter, se calhar, uma acessibilidade que se deveria ter no respeitante ao acesso à autoestrada. Refira-se, por exemplo, a saída da A29 em Rio Meão, é incompreensível como é que aquela rua está no estado em que está, quando é uma via principal de acesso à própria autoestrada, da freguesia e do Município, seja de munícipes de Lamas, Lourosa, que queiram aceder à A29, que é uma das autoestradas que atravessa o Município.-----

Depois, no respeitante à acessibilidade e à mobilidade, temos, e tem sido vincado nesta Assembleia Municipal, enormes carências. Ainda hoje isso aqui foi discutido.-----

E é interessante verificar o valor que era expectável gastar, e que está previsto gastar, por exemplo, em ciclovias. Quando falámos no passe único, que é também motivador da redução de emissões de gases poluentes, de gases com efeitos de estufa, sabemos que a promoção da bicicleta é um fator que poderá contribuir muito para isso. E temos uma ciclovia em São João de Ver, e não está propriamente previsto a criação de uma rede de ciclovias nos próximos tempos. E a Câmara Municipal, aqui, tem feito também muito pouco.-----

Como tem feito muito pouco, também, nas questões mais concretas da acessibilidade, seja em



tornar os edifícios mais acessíveis, seja em tornar a via pública mais acessível, inclusivamente na sede do Município, e, como também já foi explanado hoje, temos uma carência muito grande na questão da acessibilidade. -----

Depois, temos ainda aquelas questões que vão surgindo ao longo dos anos, nomeadamente o Centro Coordenador de Transportes. Sabemos que houve dinheiro que ficou por gastar e continuamos sem ter um Centro Coordenador de Transportes. O Sr. Presidente diz que temos um, que é o caso da Feirense, até poderemos aceitar que temos, mas, se calhar, a sede do Município precisava de um, nomeadamente para os transportes a nível nacional e internacional, que param numa zona habitacional, na zona da Cruz, que é a zona à saída da autoestrada. Sabemos do transtorno que é para a população que ali vive, primeiro porque deixa de ter estacionamento para as suas viaturas, depois porque tem que levar com um autocarro a passar até à uma da manhã, depois porque leva com a poluição dos autocarros, leva com a poluição sonora que se gera, das pessoas que estão à espera e que saem dos autocarros. E, depois, ao domingo de manhã, a avenida Sá Carneiro está completamente cheia, repleta, às vezes são duas dezenas, ou mais, de autocarros que estão estacionados em segunda fila, porque os autocarros não têm sítio onde parar. E era uma questão relativamente fácil, do nosso ponto de vista, de resolver, nomeadamente a questão dos estacionamentos dos autocarros.-----

Com estes números, como disse há pouco, houve muito dinheiro que ficou por investir, nomeadamente na questão do Ambiente. Ao longo do ano que terminou, nós próprios fomos denunciando alguns atentados ambientais, nomeadamente na Ribeira do Cáster, e não vemos a Câmara Municipal a ter uma postura efetiva na salvaguarda dos interesses da população e na salvaguarda dos interesses ambientais. Na Ribeira do Cáster foram, pelo menos, duas descargas diretas no rio, e não se perspetiva uma requalificação, até do ponto de vista de espécies animais, na Ribeira do Cáster. E quem diz a Ribeira do Cáster poderia dizer muitas outras no Município, muitos outros espaços verdes, também. -----

Depois, fazer aqui um parenteses, para a terminar esta primeira intervenção, no respeitante ao emprego. Se formos analisar a nível nacional, é verdade que houve uma diminuição drástica do desemprego, não foi só em Santa Maria da Feira, há municípios que conseguiram mais, outros menos, dependendo, também, da sua localização geográfica e até de questões sociais. -- Agora, os números que saíram, ainda esta semana, também indicam a não criação de emprego



e dizem que há menos trabalhadores à procura de emprego, fruto, também, do envelhecimento da população e, talvez, até de uma emigração que ocorreu no passado. Hoje sabemos que há menos gente a emigrar, embora haja áreas setoriais em que a emigração é, ainda, muito grande. E sabemos, e é verdade, que o Município tem feito algumas iniciativas de promoção, até da integração e da inclusão dos mais velhos, mas achamos que, aqui, mais poderia ser feito, nomeadamente no reforço dos transportes públicos. Quem é que vai beneficiar, ou melhor, quem é que vai utilizar mais os transportes públicos? São as populações mais velhas e as populações mais novas. -----

E, depois, há uma questão que o PS levantou na reunião de Câmara e que me pareceu pertinente, e que não me pareceu que tivesse sido bem esclarecida. Temos, hoje, muitas empresas a deverem dinheiro à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. O PS levantou essa questão na reunião de Câmara, são largos milhares de euros, e algumas destas empresas são empresas com grande capital financeiro para saldarem estas dívidas. É importante saber o que é que a Câmara Municipal está a fazer relativamente à cobrança desta dívida, porque será, evidentemente, mais dinheiro que a Câmara Municipal terá para investir em prol do Município.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara e por aquilo que está explícito no documento, Santa Maria da Feira é um oásis, que está tudo bem com o Município e que este se recomenda. -----

Salientou que, da mesma forma como o Sr. Presidente da Câmara reafirmou o que disse no ano anterior, o CDS-PP iria reafirmar o que disse em 2018, ou seja, que a Câmara continua sem apresentar um projeto conciso e global que vise o desenvolvimento do Município. -----

Referiu que não se iria debruçar sobre as questões técnicas do documento porque as contas estão auditadas e isso obriga a que batam certo, pelo que iria, antes, tecer algumas considerações sobre a estratégia apresentada relativamente aos planos estruturais de desenvolvimento do Município. -----

Salientou que, quando o Sr. Presidente da Câmara se refere às zonas industriais, deve reger-se apenas às zonas industriais do Município, mas que faz do parque empresarial Lusopark uma bandeira quando esse é um parque empresarial privado. Referiu que quando o Sr. Presidente da Câmara fala num mapa empresarial com cerca de 15 mil empresas, elas não estão todas no



Lusopark, sendo esquecidas uma grande quantidade de empresas que trabalham em condições muito degradantes e que não veem qualquer tipo de investimento, nem previsão de investimento, nas zonas industriais onde estão instaladas.-----

Mencionou que, na zona industrial de Sanguedo, existe uma rua chamada de Rua do Futuro, e que o curioso é que essa rua termina num beco sem saída, ressaltando que o nome dessa rua é o exemplo de muitas das situações que existem no Município. -----

Referiu que, desde há 10 anos, se vem ouvindo o Executivo camarário a salientar que as zonas industriais estão ocupadas a 80% da sua capacidade, dizendo, sobre isso, que apesar de ser verdade que tais lotes têm dono, não estão a cumprir o fim para o qual foram criados e foram adquiridos, ou seja, servir a indústria, pelo que o Município vai perdendo essa oportunidade, ano após ano, mandato após mandato. -----

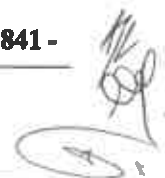
Realçou, acerca da requalificação dos centros urbanos das freguesias e de tal ser apresentando como uma bandeira, que o CDS-PP considera que tal requalificação ficou aquém do esperado, sendo tais localizações ainda repulsivas para as populações, com infraestruturas insuficientes para responder às necessidades gerais dessas mesmas populações. Destacou que, no fundo, a Câmara continua a apresentar trabalho, mas que esse é mais de carácter eleitoralista do que com o propósito de resolver os problemas de muitos desses centros urbanos.-----

Prosseguindo a sua intervenção, referiu que continua a ser apresentada uma lista de projetos que, ano após ano, continuam a ser projetos, apesar de serem contemplados com verbas no orçamento, ressaltando que o Arquivo Municipal e os Centros Coordenadores de Transportes são exemplos disso.-----

Frisou que, muitas das vezes, se consegue perceber que a estratégia municipal é de reação e não de planeamento a médio e longo prazo, destacando que o CDS-PP espera, ao bater tantas vezes no mesmo assunto, que um dia se consiga ter um plano de desenvolvimento para o Município que englobe as áreas ambientais, as áreas industriais, a mobilidade, as ciclovias, e permita que as pessoas se sintam confortáveis e sintam orgulho em viver em Santa Maria da Feira. -----

Referiu que o membro Filipe Moreira já havia falado das ciclovias, e que também queria questionar o que é que se vai construir com a verba prevista de 50 mil euros, se é para fazer mais 100 metros de ciclovia, questionando ainda se a Câmara tem, ou não, interesse em ter tais projetos no Município. Salientou que nem sequer iria mencionar os exemplos de





municípios vizinhos, que conseguem vários milhões de euros dos fundos comunitários para concretizar tais projetos, financiados em 80%. -----

Disse que o CDS-PP acompanha a afirmação de que não há uma estratégia global no Município, ressaltando, quanto ao Turismo, que não basta ter pessoas a passear ou a praticar desporto nas ruas para considerar que existe um grande afluxo de turistas no Município. -----

Sobre a afirmação de que Santa Maria da Feira, ao ter acolhido a organização da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, teve um grande aumento de turistas e de dormidas, questionou como é que se pode fixar essas pessoas no território por mais do que um dia, ou por mais do que um evento, questionando, ainda, onde é que o Município tem uma rede integrada de eventos e de equipamentos que permita a fixação desses turistas, de maneira a que eles se sintam confortáveis em Santa Maria da Feira. -----

Sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que o PDM já contempla os percursos pedestres do Concelho, entende que tanto as freguesias como o próprio Município deviam ter esses mapas bem como publicitá-los nos seus sites da internet e nas redes sociais para que, quando um turista chega a Santa Maria da Feira perceba se tem, ou não, esses equipamentos à sua disposição, fazendo sobressair que o turista não vai consultar o PDM nem vai à Loja do Turismo perguntar onde é que estão esses percursos. -----

Referiu que o Município tem capacidade e potencial para muito mais, fazendo notar que o CDS-PP considera que aquilo que a Câmara apresenta, seja no Turismo, seja na Indústria, seja noutras atividades, está muito aquém, e que também estranha as contradições verificadas entre aquilo que está escrito no Plano de Atividades, aquilo que Sr. Presidente da Câmara diz e aquilo que é efetivamente feito. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Ângelo Santos realçou ter orgulho em ser feirense, e que espera que a realidade que deu nota possa mudar em Santa Maria da Feira. -----

-----  
Usou da palavra o membro *Pedro Ferreira* (BE), baseando a sua intervenção em documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve: -----

“O Sr. Presidente vem aqui apresentar um documento onde enaltece o esforço de contenção dos gastos, mas dá-se ao luxo de gastar milhares de euros em rubricas supérfluas que esbanjam milhares de euros. A contenção, de facto, continua a existir, mas infelizmente é nas funções sociais da autarquia, nas estradas, nos espaços verdes e nos programas municipais. ----



Fala-nos que, no essencial, as atividades previstas e programadas nas Opções do Plano foram concretizadas. O Bloco gostaria de saber se nestas opções estava também previsto o perdão de uma dívida de 500 mil euros a uma empresa incumpridora? -----

O Sr. Presidente da Câmara tem falado também da descida do desemprego, mas não esqueçamos que esta diminuição vem em consequência, essencialmente, das políticas desenvolvidas a nível nacional. Se o Sr. Presidente quer que o marketing e a publicidade sejam o centro do seu mandato só falta dizer que a Câmara Municipal da Feira é responsável pela descida do desemprego a nível nacional. -----

É fundamental a luta contínua por uma descida do desemprego que seja acompanhada por postos de trabalho com direitos e Santa Maria da Feira tem ainda muito que avançar nesta matéria. -----

Continuamos a assistir a uma rede viária com obras que, embora necessárias, mostram-se apenas com o propósito de remediar. Reabilitar a rede viária não passa só por renovar o alcatrão, mas sim por melhorar o sistema de iluminação pública ou a reestruturação das zonas de circulação de peões. -----

No que diz respeito à habitação social, percebemos facilmente que para além da dotação orçamental ser manifestamente baixa, a sua execução é ainda mais baixa. -----

É clara a urgência da reabilitação das habitações. É necessário não só requalificar as habitações existentes, mas também garantir novas habitações. No fundo, é urgente uma nova política de habitação e a sua execução. -----

Mas vamos a dados: -----

- Diz-nos que os pagamentos a fornecedores são feitos a 13 dias, mas os problemas das acessibilidades demoram anos a serem resolvidos; -----
- A execução da receita é de 98,84%, de facto, no que toca a cobrar impostos e no que recebe da administração central, a Câmara da Feira não falha; -----
- Mas quando falamos de despesas de capital e investimento no município, o número é muito mais revelador sobre a linha que orienta este executivo e fixa-se nos 44,42%;-----
- A habitação social, por exemplo, fixou-se nos 41,07%, manifestamente pouco!;-----
- Vem dizer que requalifica a rede viária, mas a verdade é que a execução orçamental se ficou pelos 31,95%;-----
- Gastou cerca de 54 mil euros só em relvados sintéticos no ano de 2018, mas em Bolsas de



Investigação gasta apenas 9 mil euros e no programa de combate ao desemprego Jovem gasta uns míseros 3.500 euros. -----

Assim se verificam quais as reais prioridades deste Executivo.-----

Sr. Presidente, mais uma vez, a realidade vem demonstrar que ficou muito por executar e a verdadeira falta de vontade de investir onde importa. -----

E esta é a principal crítica. É, como temos sempre dito, tudo uma questão de opções. Ou o rigor camuflado ou o investimento real na vida das pessoas.-----

Quando existe um excedente de cerca de 30 milhões de euros, que ficaram por investir no ano de 2018, significa que foram 30 milhões de euros que deixaram de ser colocados ao serviço da população, essencialmente ao serviço de quem mais precisava, e precisa, e ao serviço de verdadeiras políticas que contribuam para o progresso do nosso concelho e da vida dos feirenses.” -----

-----  
Interveio o membro *Justino Pinto* (PS) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve: -----

“Antes de mais, permitam-me, quero crer que esta Prestação de Contas não é campanha eleitoral, nem europeia, nem nacional! -----

São contas razoavelmente equilibradas e com uma aparente robustez digna de realce – porque não dizê-lo? – que nos faz lembrar o tempo em que o dinheiro não chegava para nada e se pagava a dois ou três anos aos fornecedores, com os riscos inerentes de agravamento de custos e/ou sérios problemas financeiros aos mesmos. Ninguém ganhava com isso e a Câmara correu o risco de colapso financeiro. Abençoado PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) e cuja execução tivemos oportunidade de conhecer e reconhecer a sua boa execução. ---  
É sempre bem-vinda qualquer ação que beneficie o Concelho e os feirenses. Venha de onde vier.-----

Sobrelevo o resultado, o empenho e a dedicação em prol da “res publica” e do povo – neste caso da Feira e dos feirenses – de uma forma abnegada e desinteressada. -----

As contas apresentadas e agora em apreciação são o reflexo de uma ação e dinâmica bem diferente do passado que merece a minha admiração e respeito, com as quais é possível sonhar mais alto e mais além. -----

No entanto, ainda o Fundo de Maneio é negativo (o ativo circulante é inferior ao passivo de



curto prazo), significando que este está a financiar imobilizado que, por natureza, tem carácter fixo e de longo prazo – desequilíbrio que importa esbater. -----

Digamos que a Câmara está no bom caminho, mas ainda haverá muito a fazer. -----

Preocupa-me o pouco investimento que o baixo grau de execução das despesas (63,45%, no total), nomeadamente de capital (44,42%) de certo modo confirmam. -----

O bom resultado e relativo desafogo financeiro atual mereceria mais investimento e menos buracos nas ruas e estradas. -----

Porque não pensar-se no estacionamento ordenado mas gratuito? Porque não pensar-se em assumir a gestão da água, por exemplo? -----

A nível da Demonstração de Resultados, registo que a melhoria relativa a 2017 se deve essencialmente a resultados extraordinários e ao aumento da receita fiscal, bem como realço o peso significativo dos subsídios obtidos, deixando transparecer alguma fragilidade e dependência. -----

Sem deixar de reconhecer o trabalho e esforço patente nas contas apresentadas e a tendência positiva das mesmas, entendemos que falta investimento e arrojo bastante para aproveitar a almofada financeira que a Reestruturação Financeira que o PAEL trouxe, permitindo aos feirenses melhor qualidade de vida e tornar o Concelho mais atrativo.” -----

-----  
Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que, finalmente, ao fim de 5 anos, todos os partidos representados nesta Assembleia foram unânimes em constatar o rigor e a seriedade do Executivo da Câmara. Disse querer dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelo trabalho realizado ao longo do presente e do anterior mandato, pela seriedade, rigor e transparência que tem manifestado a todos os feirenses. -----

Referiu ter ouvido falar em bendito PAEL, realçando, sobre isso, que o PAEL foi, efetivamente, uma ajuda, mas que já está pago e que faz parte do passado, fazendo também sobressair que a Câmara, em 2018, amortizou em 5,5 milhões de euros a dívida do Município, a qual ronda, neste momento, os 20 milhões de euros. -----

Sobre o proferido pelo membro Filipe Moreira de que há uma folga financeira e um enriquecimento do Município, disse que, na verdade, existe uma folga financeira e está mais rico, mas que tal acontece devido ao trabalho desenvolvido por todos os feirenses e não propriamente pelo dinheiro que existe. -----



Em relação à afirmação de que ficaram 30 milhões de euros por gastar e que tal verba foi desaproveitada, realçou que essa é uma afirmação de quem não sabe o que está a dizer, de quem não sabe o que é a contabilidade pública, de quem não sabe o que é cabimentação e o que é compromisso. Frisou que para todas as obras que a Câmara tem consignadas, a respetiva verba tem de estar cativa, pelo que os 30 milhões de euros não estão disponíveis para o que for necessário porque já estão afetas para as obras já comprometidas, comentando que, portanto, essa é uma leitura enviesada da realidade do Concelho.-----

Salientou que a folga financeira do Município permitiu, ao contrário do que foi dito, aliviar a carga fiscal sobre os feirenses, designadamente através da redução da taxa de IMI, comentando que a maior carga fiscal que existe é a que vem da parte do Governo, que é suportado pela geringonça, uma vez que se continua a assistir à maior carga fiscal dos últimos 40 anos.-----

Relativamente ao trabalho feito pela Câmara na questão da internacionalização, criação de riqueza e de emprego no Concelho, disse tem ouvido, há poucos dias, um representante da CDU, que não o Filipe Moreira, a dizer que o emprego criado pela deslocalização das empresas Faurecia e Molaflex para Santa Maria da Feira é um número residual. Realçou ter estranhado que, para a CDU, a criação de 150 postos de trabalho seja um número residual. ----

Salientou que, em contrapartida, também se diz que o Sr. Presidente da Câmara faz muita publicidade, muito marketing, que vende os lotes industriais todos, mas que os mesmos se encontram vazios. Nesse âmbito, destacou haver qualquer coisa que não bate certo, questionando o que aconteceu aos desempregados uma vez que, há 6 anos, a taxa de desemprego no Concelho era de 15%, com cerca de 10 mil desempregados, e agora é de 4,5%. Perguntou o que é feito dos desempregados, se faleceram todos, se emigraram todos, dado que, como alguns dizem, não foi criado emprego no Concelho. -----

Referiu considerar que têm de ser reiteradas as palavras ditas pelo Sr. Presidente da Câmara, de que, num curto espaço de tempo, existirá o pleno emprego no Concelho e que será preciso procurar mão de obra fora de Santa Maria da Feira. Realçou que quem quer o bem do concelho de Santa Maria da Feira e quer ser sério na política, mesmo que seja da oposição, deve desejar que os investimentos previstos acontecer no Município avancem, acrescentando que, garantidamente, não há ninguém mais do que Emídio Sousa a querer que os mesmos se concretizem. -----



Disse serem muitos os que utilizam a multinacional Amy's Kitchem como arma de arremesso para o Município, realçando, nesse âmbito, ser verdade que esse investimento foi anunciado com grande pompa, mas que, contudo, caso o mesmo não se venha a concretizar, não é por culpa do Executivo da Câmara porque este fez o seu papel. Destacou que, a não se concretizar o investimento da Amy's Kitchen, é um fracasso para Santa Maria da Feira e é um fracasso para Emídio Sousa, mas que também é um fracasso para o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, que veio a Santa Maria da Feira, com toda a pompa, anunciar este grande investimento para o distrito de Aveiro. Frisou que, portanto, não é o PSD que perde, não é o Emídio Sousa que perde, não é a Câmara que perde, mas sim todos os feirenses. -----

Relativamente à afirmação de que as zonas industriais do Concelho estão completamente abandonadas, referiu que o membro Ângelo Santos anda distraído, que não tem andado pelo Concelho, fazendo notar que a requalificação da Zona Industrial da Silveirinha já começou e que outras se seguirão. -----

Sobre a Rua do Futuro mencionou ser verdade que a mesma não tem saída, mas que tal acontece porque a mesma desemboca numa área de reserva ecológica, numa zona completamente íngreme, acrescentando não se tratar de uma rua principal, mas sim de uma rua adjacente a duas unidades industriais. Disse ser um discurso que fica bonito e que cai bem em qualquer sessão da Assembleia Municipal, mas que é preciso se saber exatamente do que se está a falar. -----

Relativamente aos gastos supérfluos elencados pelo membro Pedro Ferreira, salientou que se as pavimentações das estradas são gastos supérfluos, se os relvados sintéticos são gastos supérfluos, se a requalificação das habitações sociais são gastos supérfluos, então ainda bem que o Executivo da Câmara pensa de modo diferente ao Bloco de Esquerda. -----

Em relação à rede viária disse estar a terminar a 6.ª fase de pavimentações, para além de todas as obras avulsas que foram sendo promovidas pela Câmara, em parceria com as juntas de freguesia, destacando que foram pavimentados, até ao momento, 300 dos 500 quilómetros de estrada que a Câmara anunciou, ressaltando ainda que o Executivo nunca disse que esses 500 quilómetros de estrada seriam requalificados num único mandato, até porque é financeiramente impossível de o fazer. Salientou que o caminho está a ser trilhado, que a 7.ª fase de pavimentações vai avançar muito em breve, ressaltando que, contudo, tinha de reiterar o reparo que foi feito em relação à colocação da sinalização e da marcação das vias. Fez notar



que também entende que é preciso mitigar o lapso de tempo que decorre até que esse trabalho seja executado, salientando que tal demora não faz sentido até porque são empresas distintas que fazem esse trabalho, pelo que apelava ao Executivo camarário para que tenha em conta essa questão. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o membro Rui Ribeiro aludiu à construção do Arquivo Municipal, dizendo ser um investimento previsto executar neste mandato e que será uma obra de referência e fundamental para o Concelho. Disse tratar-se de um investimento a rondar os 3,5 milhões de euros, comentando que esses 3,5 milhões de euros são parte dos 30 milhões de euros que já estão cativos. -----

Referiu que há uma outra falha a apontar e que tem a ver com os Centros Coordenadores de Transportes que estão previstos fazer no Concelho. Realçou que essa questão tem sido colocada nos últimos anos, que sabe que o Município está a fazer bastantes diligências para que se concretizem, frisando que, ainda mais com a implementação do passe único, será uma valência fundamental para o Concelho, dizendo ser do entendimento que o Executivo precisa de fazer um empenho adicional nesta matéria. -----

Em relação à requalificação dos centros urbanos, disse que a primeira ação de promoção das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) não funcionou muito bem, que terá pecado pela fraca divulgação, ressaltando que tal programa deve ser divulgado pelas diferentes freguesias para que a população fique a conhecer os benefícios e fique sensível a fazer essa reabilitação. Realçou que não pode ser só o Município a fazer investimento, que os privados também o devem fazer, aproveitando os benefícios concedidos através desse instrumento que são as ARU. -----

Disse, no âmbito da área da Educação, que estão obras em curso, que a construção do Centro Escolar de Fornos está numa fase bastante avançada, assim como a reabilitação da Escola EB 2,3 e Secundária Coelho e Castro, de Fiães, comentando, sobre esta, ser compreensível o atraso dado que as obras decorrem em simultâneo com a atividade letiva, frisando ser extremamente complexo fazer a coordenação desses trabalhos. Referiu que essa reabilitação deveria ser da responsabilidade do Poder Central, mas que a Câmara assumiu esta obra, dando os parabéns ao Executivo camarário por esse trabalho. -----

Salientou, em relação ao Centro Escolar de Santa Maria da Feira, que após a grande odisseia em volta da cedência das antigas instalações da Escola Fernando Pessoa, o processo está



encaminhado e espera-se que esse centro escolar seja realidade dentro de pouco tempo. -----  
Sobre o Europarque disse que, desde a primeira hora, a Câmara teve a consciência do esforço financeiro que ia assumir, salientando julgar que o Europarque está no bom caminho e que tem sido um sucesso, ressaltando que há necessidade de promover, cada vez mais, aquele espaço que é ímpar na Região. -----

Referiu ter lido que, na reunião da Câmara, foi dito que era necessário colocar os municípios vizinhos a, em parceria com o de Santa Maria da Feira, promover o Europarque. Disse não lhe parecer que seja esse o caminho, que entende que o trabalho tem de ser feito pelo Município, pelos feirenses, ressaltando que qualquer município vizinho tem o seu espaço de congressos e de exposições e, obviamente, cada um quer promover o seu espaço, acrescentando não estar a ver ninguém de Vila Nova de Gaia, de São João da Madeira ou de Oliveira de Azeméis a promover qualquer ação a realizar no Europarque. -----

Relativamente à eficiência energética fez notar que o Sr. Presidente da Câmara já enumerou diversos equipamentos municipais, entre os quais alguns empreendimentos de habitação social, que estão a ser intervencionados e cujas intervenções estavam inscritas no Plano de Atividades. Salientou que, como já foi explicado em diversas situações, só os edifícios de habitação social que tenham completado 15 anos é que podem ser contemplados com fundos comunitários para serem reabilitados, destacando que o Sr. Presidente da Câmara disse que os edifícios que reunissem os devidos requisitos iriam começar a ser intervencionados e que tal já está a acontecer em alguns deles, e que outros se seguirão, pelo que a palavra dada pelo Sr. Presidente da Câmara é palavra honrada, dando-lhe os parabéns por, mais uma vez, cumprir para com os feirenses. -----

Realçou, ainda no âmbito da eficiência energética, o investimento que está a ser feito na iluminação a LED, dizendo já se ver, por todo o Concelho, iluminação pública desse tipo e que, pelo que sabe, vai haver mais uma vaga, até ao verão de 2019, de substituição das atuais lâmpadas por lâmpadas LED. Salientou que, depois, seguir-se-á uma segunda fase que incidirá sobre os edifícios que são da responsabilidade da Câmara Municipal, comentando que, aí, tem de ser feito um trabalho adicional. -----

O membro Rui Ribeiro disse considerar que, em grande medida, o Executivo da Câmara tem feito aquilo que prometeu. -----

Concluindo a sua intervenção, disse que estava admirado por o membro Sérgio Cirino ainda





não ter usado da palavra neste ponto, ressaltando ter lido uma notícia que lhe fez lembrar as intervenções feitas pelo Sérgio Cirino nesta Assembleia Municipal, a qual dizia que a Câmara Municipal de Barcelos aprovou o resgate da concessão da água naquele município, para o que terá de contrair um financiamento de 50 milhões de euros, a pagar durante 25 anos. Nesse âmbito realçou que, curiosamente, esse financiamento só começará a ser pago a partir de 2021, salientando que isso acontece porque o Presidente da Câmara de Barcelos, Miguel Costa, eleito pelo PS, deixará essa função em 2021, por atingir o limite de mandatos, frisando que essa é a forma que o PS tem de gerir estas causas, ou seja, empurrar o problema para a frente e, conforme é habitual dizer-se, quem vier atrás que feche a porta. -----

-----  
Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, começando por agradecer a opinião quase unânime em relação à situação financeira do Município.-----

Em relação à questão dos 30 milhões de euros que ficaram por gastar, explicou que o facto de ter 30 milhões de euros nos resultados não significa que essa verba está à disposição, que era bom que assim fosse porque a Câmara saberia muito bem onde gastar esse dinheiro, fazendo sobressair que as atuais regras financeiras obrigam a que, a partir do momento em que é lançado um determinado procedimento, a respetiva verba fique cativa, salientando ser o caso dos 3,5 milhões de euros que vão ser investidos no Arquivo Municipal bem como a verba que vai ser investida na 7.ª fase de pavimentações de estradas. -----

Sobre a taxa de execução de 44% na despesa de capital, referiu que foram gastos mais 2 milhões de euros do que em 2017, pelo que, portanto, quem pretende acusar a Câmara de eleitoralismo não tem motivos para o fazer, comentando que se fosse por questões eleitoristas a Câmara teria gasto mais dinheiro em 2017, que foi ano de eleições, do que em 2018. Referiu que a gestão financeira é muito condicionada pela legislação atual, fazendo notar que a Câmara só a partir do momento em que pode incorporar o saldo do ano anterior nas suas Contas, o que acontece em abril, é que vai poder reforçar rubricas, focando que perder quatro meses todos os anos é um terço de cada ano, o que é muito tempo.-----

Relativamente à questão sobre a sinalização horizontal, disse que foi feito um concurso para a marcação das estradas que foram intervencionadas nas três primeiras fases de pavimentações, e que a Câmara está a fazer um levantamento das estradas em falta para preparar um outro



concurso, ressaltando ser uma lacuna que a Câmara vai tentar suprir o mais rapidamente possível, que é um problema que tem de ser resolvido. -----

Sobre o Eixo das Cortiças realçou constar da Informação Financeira que foi apreciada no ponto anterior da Ordem do Dia uma verba, num montante a rondar os 75 mil euros, que diz respeito ao projeto de execução de parte da via do Eixo das Cortiças, designadamente o troço entre Santa Maria de Lamas e Fiães. Informou que a intenção é que, ainda em 2019, o projeto fique concluído para se lançar, o mais rapidamente possível, o concurso para a execução da obra. -----

Em relação aos Centros Coordenadores de Transportes, disse existir uma localização preferencial junto à Auto Viação Feirense, em Lourosa, dando nota que a Câmara está a negociar um terreno naquela zona. Disse que a Câmara tem tido muita dificuldade em obter terrenos naquela zona, ou porque são muito caros ou porque nem sequer estão disponíveis, frisando que caso a negociação em curso corra bem, provavelmente no próximo mês, em maio, já se tenha o terreno para fazer o Centro Coordenador de Transportes naquela zona. -----

Quanto a Centro Coordenador de Transportes a localizar em Santa Maria da Feira, informou que a Câmara está a trabalhar, com a empresa pública Infraestruturas de Portugal, uma situação que é muito mais complexa e que envolve alguns trabalhos na zona do nó da autoestrada. Referiu já ter ido a Lisboa por duas ocasiões para tratar dessa questão, que conta lá ir novamente no decorrer do corrente mês de abril, com a perspetiva de se conseguir desbloquear a situação de modo a ser possível ter, naquele local, um Centro Coordenador de Transportes, frisando ser nessa zona que a Câmara quer que o mesmo se concretize. -----

Sobre a questão relacionada com as descargas na Ribeira do Cáster salientou que o que aconteceu foi o entupimento do coletor, fazendo notar que tais situações podem acontecer porque os esgotos são uma matéria complicada, que provoca grande desgaste e entupimentos. Referiu que vai parar à rede de esgotos tudo aquilo que se possa imaginar, desde botas a pneus, e que tal provoca entupimentos, salientando que o hiato de tempo que vai entre a deteção do transbordo e a respetiva reparação provoca, de facto, algum desgaste na rede. -----

Relativamente à afirmação de que não há criação de emprego no Concelho, disse que isso não é verdade, que se tem verdadeiramente criado emprego no Concelho e que a ambição passa por ter salários mais elevados, comentando que tal vai acontecer porque existe, praticamente, uma situação de pleno emprego no Concelho. -----



Em relação à questão das dívidas de algumas empresas à Câmara referiu que as mesmas são de montantes não significativos, explicando, sobre a dívida que aparece a rondar os 2 milhões de euros, que a mesma se prende, entre outros, com atrasos no pagamento de refeições escolares e de rendas de habitação social, salientando que o Concelho tem muitos fogos de habitação social e muitas crianças em idade escolar e que isso leva a que, facilmente, se atinja 1 ou 1,5 milhões de euros, reforçando que os cerca de 2 milhões de euros são o somatório de muitas pequenas dívidas.-----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, ressaltando, em relação ao parque empresarial Lusopark, que se trata de um parque empresarial magnífico em que já só faltam vender dois lotes. Informou que, pelo que sabe, há a intenção de ampliar o parque para uma zona em que tal ainda é possível, dizendo esperar que tal se concretize porque, de facto, aquele parque empresarial tem muita procura. Acrescentou que, como já disse nesta sessão, apareceu um investidor alemão que precisava de 80 mil metros quadrados de terreno no Lusopark para fazer um investimento, e, não havendo ali nenhum terreno disponível com essa dimensão, está-se a tentar arranjar outro local para o efeito, sempre tendo em mente que é o investidor que decide onde pretende investir.-----

Relativamente à Rua do Futuro salientou conhecer bem essa rua, ressaltando que a mesma passa nas traseiras de duas fábricas e dá acesso à Cartonagem Cardoso, SA, situada mais à frente, fazendo notar que é uma pequena rua sem saída que apenas serve para dar acesso à referida cartonagem, acrescentando que o membro Rui Ribeiro já havia explicado o que se passa no final dessa rua.-----

Sobre os lotes desocupados nas zonas industriais comentou ter ficado espantado por ter sido o representante do CDS-PP a colocar essa questão. Referiu que o Executivo da Câmara tem uma determinada conceção de mercado, a de colocar os lotes à venda por um preço comercial e, se o empresário quiser investir, investe, se não quiser investir, não investe. Disse que, muitas vezes, há uma intenção de investimento, mas, por alguma mudança da conjuntura do mercado, deixa de haver, fazendo sobressair que aconteceu uma situação desse género em relação ao Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM). Lembrou que, inicialmente, as empresas de sucatas eram obrigadas a mudar para uma zona industrial específica porque não podiam licenciar as instalações onde estavam, mas que, entretanto, saiu



uma legislação que autorizou tais licenciamentos, resultando que alguns ainda tenham lotes no PERM sem construção dado que puderam legalizar as instalações onde estavam a operar. Frisou que, de qualquer das maneiras, existe uma boa taxa de ocupação das zonas industriais do Concelho, fazendo notar que a generalidade está com uma ocupação de 100% e que era bom que houvessem muitos mais lotes disponíveis. -----

Sobre a questão de que há projetos que não passam de projetos e que o Arquivo Municipal é um desses casos, salientou que o Arquivo Municipal já não é projeto, dando nota que o processo está na fase final de adjudicação e que espera ter, até ao verão de 2019, a obra no terreno. -----

Em relação à afirmação de que deve haver um plano de desenvolvimento do Concelho, disse já haver um, o Plano Diretor Municipal (PDM), informando que se vai iniciar um novo processo de revisão do PDM. Disse considerar que o PDM já foi suficientemente debatido com a comunidade, frisando que, nele, estão os grandes eixos de desenvolvimento do concelho de Santa Maria da Feira. -----

Quanto ao Turismo recordou que foi apresentado, em 2017, o Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira, salientando que algumas das metas que se perspetivava fossem atingidas daqui por 3 anos, já foram atingidas. Realçou que tem havido, de facto, um grande afluxo turístico a Santa Maria da Feira, que tem sido feita uma promoção internacional que tem trazido cada vez mais turistas, dizendo ser da opinião que o território está de parabéns nesta matéria. -----

Sobre a afirmação que o membro Ângelo Santos proferiu ao terminar a sua intervenção, de que tem orgulho em ser feirense, disse julgar que todos os presentes comungam desse orgulho. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara passou a aludir às questões colocadas pelo membro Pedro Ferreira, salientando, a propósito da afirmação de que a diminuição do desemprego foi uma consequência das medidas nacionais, que naturalmente que não foi, acrescentando que se tivesse sido devido às medidas nacionais então que o membro Pedro Ferreira teria de elogiar o governo do Dr. Passos Coelho porque, em 2013, a taxa de desemprego no Concelho era de 15,1% e, no final de 2015, já se situava muito abaixo dos 2 dígitos. -----

Em relação à iluminação pública salientou que o Concelho já tem mais de 8 mil lâmpadas a LED, dando nota que, até ao final do mandato, é intenção da Câmara substituir todas as



**lâmpadas da iluminação pública por lâmpadas LED.-----**

**Disse que não foram cobrados mais impostos, antes pelo contrário, salientando que a taxa de IMI diminuiu e que isso vai ser notado pelos feirenses quando receberem a próxima fatura do IMI.-----**

**Sobre a afirmação de que ficaram 30 milhões de euros por gastar, disse já ter explicado essa situação, reafirmando que a mesma se prende com o cumprimento da Lei das Finanças Locais e da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Disse haver uma certa ignorância em relação a essas leis, comentando que andar a fazer greves em vez de estudar dá nisso, pelo que é melhor estudar do que fazer greves.-----**

**Em relação à questão do pouco investimento mencionada pelo membro Justino Pinto, realçou que a mesma tem a ver com as verbas retidas de que já falou, reafirmando que há sempre uma décalage de 4 meses, de um ano para o outro, que leva a Câmara a apresentar tal resultado. Referiu, ainda, querer agradecer as palavras do membro Justino Pinto relativamente à gestão financeira da Câmara, comentando que o mesmo é uma pessoa que percebe da matéria porque, com certeza, não andou a fazer greves quando andou a estudar.-----**

**Quanto à intervenção feita pelo membro Rui Ribeiro, disse agradecer as referências que o mesmo fez relativamente a algumas das boas obras realizadas pela Câmara.-----**

**Sobre as questões relativas aos Centros Coordenadores de Transportes e sobre a eficiência energética nas habitações sociais, disse já ter dado as devidas explicações sobre tais matérias. -**

**Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse estar extraordinariamente satisfeito porque, mesmo da parte dos partidos da oposição, sentiu um grande elogio às contas e aos resultados apresentados. Salientou que a boa gestão financeira da Câmara é reconhecida por todos, ressaltando ainda que, no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, Santa Maria da Feira aparece nos primeiros lugares em muitas áreas, e que, em algumas delas, ocupa mesmo o primeiro lugar. -----**

**Realçou ter sido das sessões da Assembleia Municipal, em que as Contas do Município foram apreciadas, em que ouviu mais elogios de todos os partidos, não só do partido de suporte do Executivo, o PSD, mas também dos partidos da oposição, reafirmando que isso o deixou extraordinariamente satisfeito, agradecendo a todos os vereadores e a todos os colaboradores da Câmara Municipal porque, sem eles, tal trabalho não seria bem feito. -----**



Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que, de seguida, haveria lugar a uma segunda ronda de intervenções para os partidos que ainda não tivessem esgotado o seu tempo, e, após isso, daria a palavra à Câmara para esta encerrar o debate.-----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que questionou à Câmara, no respeitante às Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), qual tem sido o feedback e o resultado que tem conseguido com a divulgação que tem sido feita da nova fase desse projeto, junto das juntas de freguesia e demais entidades do Concelho, questionando ainda o que pensa a Câmara alcançar com as ARU.-----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que começou por agradecer as respostas do Sr. Presidente da Câmara bem como a intervenção do representante do grupo municipal do PSD, comentando ser interessante ver como a greve climática, de facto, chateia muita gente, daí ter sido mencionada por diversas vezes.-----

Sobre as questões que colocou disse parecer que o insulto é o único argumento do Sr. Presidente da Câmara, que a Câmara se evade sempre às respostas, acrescentando ser interessante ver como ninguém abordou as questões que foram faladas pelo BE e que foram uma questão de opção. Referiu ser uma questão de opção os 30 milhões de euros que podem ser usados, ressaltando que, se não podem ser usados agora, podem ser usados depois, acrescentando que, para além desses 30 milhões de euros, existem verbas que foram direcionadas para gastos supérfluos. Questionou qual será a prioridade do PSD, se construir relvados sintéticos ou, por exemplo, combater o desemprego jovem, comentando que terá de ser o próprio PSD a responder pelas opções que toma.-----

Disse que, de qualquer das formas, o BE queria perguntar porque é que não há mais investimento na habitação social, bem como qual a razão para não haver mais qualidade, por exemplo, na reabilitação da rede viária, fazendo sobressair que o alcatrão que é colocado nas pavimentações é de má qualidade.-----

Salientou que a Câmara não respondeu diretamente às críticas feitas pelo BE aos documentos em apreço, que, antes, optou pela via do insulto. Realçou que já se licenciou, que já não estuda, mas que, se ainda estudasse, certamente teria aderido à greve climática e teria ido criticar aquelas que foram as opções, por exemplo, do anterior governo, comentando que



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

nesse período foi um tal plantar eucaliptos, com os resultados já vistos. -----  
Referiu que a sua intervenção inicial foi exclusivamente a falar de opções, a falar de investimento naquilo que, para o BE e, certamente, também para os feirenses, eram as questões essenciais, e que é de notar que o Sr. Presidente da Câmara não lidou bem e reagiu por chamar ao Bloco, ou aos seus representantes, de ignorantes, numa demonstração de falta de respeito para com os eleitos. -----

Disse que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara respondesse, efetivamente, às perguntas colocadas, designadamente qual a razão para não haver mais investimento na habitação social e nos programas de combate ao desemprego jovem, em vez de entrar por questões que já foram respondidas, concretamente a respeitante à greve climática, dizendo que esse foi um tema sobre o qual o BE pensou que serviria para dar um louvor aos estudantes que lutaram por um futuro melhor, mas que acabou por servir de arremesso político. -----

Concluindo a sua intervenção, destacou que o BE ficou esclarecido com a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara em relação à multinacional Amy's Kitchen, e que isso raramente acontece, mas que, contudo, tal matéria foi usada pelo representante do grupo municipal do PSD como arma de arremesso político, quando o BE apenas fez uma pergunta para obter um esclarecimento. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia**, face à última intervenção do membro Pedro Ferreira, disse que o mesmo invocou, por várias vezes, a questão do insulto. Sobre isso, realçou que a questão dos insultos entre a Câmara Municipal e os senhores deputados municipais é uma competência estrita da Mesa da Assembleia, que lhe compete zelar, salientando que, em bom rigor, não se apercebeu de nenhum insulto do Sr. Presidente da Câmara dirigido ao senhor deputado Pedro Ferreira ou ao partido Bloco de Esquerda. -----

Salientou considerar que o Bloco de Esquerda também não se sentiu insultado porque, caso o tivesse sentido, um dos seus membros teria, de imediato, pedido a palavra para a defesa da honra pessoal, ou para a defesa da honra da sua bancada. -----

Disse que, portanto, era bom que o membro Pedro Ferreira esclarecesse se queria usar da palavra para defesa da honra, para depois a Mesa poder dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para este dizer o que entender por conveniente, ao que o membro **Pedro Ferreira** disse, a partir do seu lugar, que o que tinha a dizer já havia dito na sua intervenção. -----



Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* comentou que a Câmara tiraria as suas conclusões e teria ficado esclarecida. De seguida, dando continuidade aos trabalhos, passou a palavra ao membro Sérgio Cirino. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer, em relação à alusão que o membro Rui Ribeiro lhe fez quando falou do resgate da concessão da água no município de Barcelos, que há um ditado que diz que o pobre pode ir sem esmola, mas não vai sem resposta, e que tal ditado se aplica nesta situação. -----

Salientou que, em primeiro lugar, não gosta, nem nunca gostará, da subserviência a uma empresa que está a prestar um serviço em Santa Maria da Feira e que, portanto, tem de respeitar os feirenses. -----

Referiu, a título de exemplo, que a Indagua mandou milhares de cartas a dizer que ia entrar na casa dos feirenses para fiscalizar as redes, quando essa entrada foi declarada inconstitucional. Sobre essa situação, disse nunca ter visto a Câmara a defender os feirenses contra essa ilegalidade, questionando ao membro Rui Ribeiro se viu, algum dia, a Câmara Municipal a fazer essa defesa. Ressaltou que, contudo, o membro Rui Ribeiro já o viu a ele, Sérgio Cirino, nesta Assembleia, a bater-se sempre contra esses abusos da Indagua. -----

Disse que o segundo aspeto é que os tais 50 milhões de euros que a Câmara de Barcelos vai pagar pelo resgate da concessão é, se calhar, barato. Salientou que, no período da concessão em Santa Maria da Feira, de 50 anos, a Indagua tem um plano de negócios que, no final da concessão, lhe dá cerca de 100 milhões de lucro, frisando que 100 milhões de euros de lucro dá para fazer muita coisa. Referiu que a sua preocupação é com os feirenses, comentando que os barcelenses é que têm de resolver os problemas de Barcelos, pelo que não se deixa cegar por essa cortina de fumo, ou seja, pelo que se passa em Barcelos. Referiu que a Câmara e o PSD lavam as mãos e terão de ser os feirenses a pagar esses 100 milhões de euros de lucro, ressaltando que o membro Rui Ribeiro devia pensar nisso e pôr-se ao lado dos feirenses, e não ao lado da Indagua. -----

Em relação aos documentos de Prestação de Contas, disse que houve a recuperação financeira, que as contas estão mais ordenadas, mas que não deixa de ficar triste porque tais documentos demonstram que o setor público em Santa Maria da Feira, que é a Câmara Municipal, não acompanha a dinâmica do setor privado. -----





Referiu que, quando vai à Zona Industrial do Roligo, entra em pavilhões de empresas desenvolvidas tecnologicamente, com boas condições, mas que as estradas nessa zona industrial estão em péssimas condições e que os passeios estão todos rebentados, questionando o porquê de o investimento público não acompanhar, pelo menos, o do setor privado. Realçou que as más condições das zonas industriais se repetem por todo o Concelho, que os acessos na zona industrial de Mosteirô são uma vergonha, acrescentando que também as zonas industriais de Canedo e do Casalinho, em Lourosa, são demonstrativas das más condições que apresentam as zonas industriais concelhias.-----

Salientou que a Câmara faz umas flores dizendo que aposta no investimento, fazendo algum marketing para fazer crer que faz muito gastando muito pouco, ressaltando, sobre essa questão, que a Câmara, tirando alguma divulgação, não faz praticamente nada, frisando que o grande mérito é dos empresários e dos trabalhadores feirenses. -----

Reafirmou que a parte pública não dá condições aos empresários para que possam estar numa zona industrial com boas condições, não dá bons acessos, não dá parques de estacionamento nem pontos de apoio para os trabalhadores poderem almoçar e jantar, fazendo sobressair que não basta dizer umas coisas, que é preciso fazê-las e pôr as zonas industriais a funcionar bem.

Referiu que os feirenses, em 2018, pagaram mais de 1 milhão de euros de impostos face ao ano anterior, mas que a parte pública não acompanhou e não lhes deu, na sua opinião, um retorno na mesma medida, dando os parabéns aos feirenses pela ajuda que deram para dar a volta a essa situação. Disse haver falta de infraestruturas básicas nas zonas industriais, haver falta de fiscalização no que respeita à ocupação das zonas industriais, comentando que existem lotes que foram vendidos a preços módicos e, passados 20 anos, continuam sem pavilhões, servindo tais situações apenas para fazer especulação imobiliária.-----

Salientou que também falta fazer promoção das zonas industriais públicas, comentando nada ter contra o parque empresarial Lusopark, mas que esse é privado, questionando o porquê de a Câmara não promover o PERM e ou outros parques públicos na mesma medida em que promove o Lusopark.-----

Ainda a respeito do Lusopark e da afirmação do Sr. Presidente da Câmara que se tenciona expandir esse parque empresarial, questionou o porquê desse processo de expansão estar parado, questionando quais os planos da Câmara em relação a essa questão. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino disse que faltam os Centros



Coordenadores de Transportes, que faltam transportes públicos, que faltam ciclovias, que faltam vias pedonais, que falta fazer promoção da mobilidade elétrica, acrescentando que viu, há alguns anos, ser apresentada uma imagem virtual do Parque da Cidade de Santa Maria da Feira, mas que, até ao momento, nada viu ser feito a esse respeito. -----

Deu nota que, cada vez mais, as associações são menos apoiadas e que os subsídios contemplam menos pessoas, em mais uma demonstração de que o público não acompanha o privado, não acompanha o social, não acompanha as associações do Concelho. -----

Realçou que o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses fala da parte das finanças públicas, mas que a política é mais do que as finanças públicas, fazendo notar que há estudos que vão analisar outras questões, como quais as melhores cidades para viver, para fazer negócios, para visitar, e que num desses estudos Santa Maria da Feira é a 39.ª cidade do País, nem sequer aparecendo no top 25, destacando que é a parte pública que influencia e que promove a melhor qualidade de vida. -----

Reafirmou que se houve mais emprego no Concelho foi devido ao trabalho dos empresários, salientando que aquilo que a Câmara faz é promover um encontro anual e duas visitas empresariais, e que aproveita isso para dizer que fez diminuir o desemprego, salientando que, sobre isso, costuma dizer que ainda bem que é Santa Maria da Feira a puxar pelo País, e não o País a puxar por Santa Maria da Feira, mas que isso é a sua costela feirense a falar. -----

Concluindo a sua intervenção referiu que se há alguma disponibilidade orçamental, então que deixava um repto ao Sr. Presidente da Câmara, porque sabe que ele também gosta da descentralização, no sentido de pegar em 10% do valor da folga orçamental, do saldo de gerência, e distribuí-los igualmente pelas 31 freguesias do Concelho, salientando que dava 100 mil euros a cada freguesia e fazia uma grande medida. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Ana Lamas* (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Um dos propósitos maiores do Executivo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira foi, desde o primeiro minuto, a implementação de uma estratégia de desenvolvimento económico, de coesão social e territorial do Município. -----

E numa ótica de desenvolvimento económico e empresarial, há que salientar a forte dinâmica demonstrada, por exemplo, pelo Projeto Bizfeira, quer através da realização de visitas a



empresas, no último ano, foram mais de 230, quer através do próprio Fórum Bizfeira. -----  
Estas iniciativas têm promovido uma maior aproximação entre o tecido empresarial, possibilitando um maior conhecimento das necessidades e obstáculos que existem na atividade empresarial e exponenciando as mais-valias do nosso território para a captação de investimento. Ou seja, aquilo que o meu colega Sérgio Cirino abordou, esta aproximação existe. -----

Bem sabemos que os desafios de hoje não são os desafios de ontem nem os de amanhã, e, por isso, destaco igualmente o facto de, em 2018, ter sido apresentado o Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira 2018-2021, de modo a fomentar a coesão e a proximidade social. -----

Estas iniciativas vão desde os Gabinetes de Proximidade, Programa Movimento e Bem-Estar, Projetos Artísticos Comunitários, Fóruns Sociais, Espaço Migrações, iniciativa Café com os Avós, entre tantas outras. -----

Na Cultura, executaram-se ações chave, projetos e atividades por forma a expandir o acesso à Cultura, fomentando oportunidades e construção de conexões. -----

Foi, igualmente, dinamizado o programa Artes em Itinerância, programa este de descentralização de acesso a atividades culturais no Concelho. -----

O nosso Imaginarius foi reconhecido internacionalmente, em dois eventos, em 2018. -----

E tanto se fala do futuro que a aposta na Educação foi através de ações e atividades promovidas, como a Hora de Programar, que iniciou em 13 turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e em grupos do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico, a Hora de Experimentar, projetos como o Desafia-te, que tem, a meu ver, uma utilidade relevante no apoio e definição do projeto de vida dos seus participantes, quer a nível profissional quer a nível pessoal, quer através da aquisição de competências em experiências de educação não formal. -----

E o programa Jovem Autarca, que penso ser do conhecimento de todos, tem sido reconhecido em vários fóruns como um projeto positivo no desenvolvimento de comportamentos de cidadania ativa. Ou seja, estamos aqui, mais uma vez, a preparar o futuro através dos nossos jovens. -----

E, para terminar, importa ainda salientar que existem medidas que apresentam os seus resultados não a curto prazo, mas a longo prazo. Os efeitos positivos podem não ser perceptíveis num curto espaço de tempo, mas a longo prazo têm dado e darão os seus frutos na



prosseção de um Concelho inovador, dinâmico, confiável e empreendedor.” – Fim de citação.-----

-----  
Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, no seguimento da segunda ronda de intervenções. Começou por aludir à questão colocada pelo membro Ângelo Santos quanto ao feedback tido no âmbito das ARU, para dizer que já entraram na Câmara alguns pedidos para fazer obras de reabilitação. Referiu que esse é um dos grandes desafios porque os centros urbanos, de quase todas as freguesias, têm muitas casas desabitadas, ressaltando que o objetivo é precisamente incentivar os proprietários a reabilitarem essas casas para as habitar ou para as colocar no mercado de arrendamento. -----

Salientou que a aposta na estratégia das ARU é muito importante porque os centros urbanos já estão infraestruturados, fazendo notar que quando as pessoas vão construir casas ocupando mais território, tal leva a que seja necessário fazer mais infraestruturas, como estradas, redes de água e de saneamento, rede elétrica, e que tudo isso é um custo para a sociedade e para erário público. Disse que, portanto, quanto mais se conseguir concentrar as pessoas nos centros urbanos, mais fácil se torna fazer a gestão do espaço público, reafirmando ser esse o objetivo e que daí advém a necessidade de, cada vez mais, incentivar as pessoas para que se concentrem nos centros urbanos. -----

Sobre a intervenção do membro Pedro Ferreira, disse presumir que não o insultou, dando nota que a referência que fez ao desconhecimento da Lei das Finanças Locais não é um insulto, mas sim uma constatação. Realçou que, quando é iniciado um procedimento de contratação pública, as respetivas verbas têm de ficar cativas, acrescentando que essas verbas, muitas vezes, transitam de um ano para o outro. -----

Disse que na discussão pode, por vezes, dizer uma palavra menos apropriada, mas que nunca será com a intenção de insultar, comentando, sobre a questão das pessoas licenciadas e não licenciadas, que não é a licenciatura que faz das pessoas mais ou menos inteligentes, frisando haver muitos não licenciados que são mais inteligentes do que muitos licenciados. -----

Sobre a questão dos relvados sintéticos serem, ou não, uma prioridade em relação ao combate ao desemprego jovem, salientou que um assunto não tem relação com o outro, frisando que a Câmara tem de trabalhar ambas as matérias e que a evolução da sociedade precisa de ser vista de uma maneira integrada e holística. Referiu que a questão não se prende com o gastar



dinheiro para resolver o problema do desemprego jovem, mas sim gastar na Educação e na criação de oportunidades de emprego, salientando ser aí que a Câmara investe, mas que, contudo, tal não impede o Executivo camarário de entender que a sociedade deve praticar desporto e que deve haver as melhores condições possíveis para a prática desportiva, reforçando ser preciso conciliar todas essas situações e fazer tudo isso de uma forma global e simultânea. -----

Em relação à questão do porquê de não haver mais investimento na habitação social, disse que o Município tem aproximadamente 800 fogos de habitação social e que os mesmos são de razoável qualidade, salientando que o mercado de habitação social não está tão carente quanto isso. Disse que o Concelho tem necessidade de habitação, mas que, felizmente, estão em curso uma série de projetos de construção de habitação, comentando que se veem muitas guias ao alto e que o mercado está a dar resposta a essa necessidade. -----

Referiu ser esse tipo de resposta que quer ver no seu território, ou seja, que o mercado da habitação funcione e que as pessoas tenham dinheiro para pagar uma renda ou para pagar uma prestação da casa, frisando ser por isso que a Câmara investe na criação de emprego, na atração de investimento para o Concelho, precisamente para que cada pessoa possa ter a sua autonomia. Disse não querer, de maneira nenhuma, uma sociedade baseada na esmolinha e nos subsídios dados pelo Estado, mas sim uma sociedade de cidadãos livres e independentes, que podem conduzir a sua própria vida, sem prejuízo da ajuda que é preciso prestar às pessoas que, por variadíssimas razões, não conseguem essa autonomia, destacando ser essa a política do Executivo. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Sérgio Cirino, disse que o mesmo tem uma obsessão com a Indaqua, salientando não saber de onde vem os 100 milhões de euros de lucro da Indaqua de que falou o membro Sérgio Cirino. -----

Referiu que o Concelho tem boas infraestruturas básicas, acrescentando, em relação à afirmação de que a Câmara não acompanha a dinâmica do privado, que é precisamente aí que reside o segredo, ou seja, em dar o espaço ao privado e não interferir no negócio do privado. Frisou que o Executivo Permanente não é socialista, que defende o entendimento da liberdade individual, da liberdade de associação, da liberdade de criar negócios, da liberdade de não se fazer nada, entendendo o desempenho da economia como sendo um exercício de liberdade, comentando ser precisamente esse entendimento de modelo de sociedade que os diferencia. ---



Sobre a Zona Industrial do Roligo salientou que os passeios foram reabilitados e as ruas niveladas nalguns pontos, dizendo não perceber como é que a Faurecia, tratando-se de uma empresa de excelência, com 400 quadros superiores oriundos da Europa Ocidental, Norte de África e América do Sul, que presta serviços financeiros, serviços de design, serviços de helpdesk, escolheu aquela zona industrial para se instalar, se a mesma é tão fraca e está toda estragada. Realçou que se a Faurecia escolheu Santa Maria da Feira e a zona industrial do Roligo é porque teve razões para isso, informando que a Faurecia vai ser inaugurada no próximo mês de maio e que é um motivo de orgulho para Santa Maria da Feira. -----

Relativamente à afirmação de que os acessos na zona industrial de Mosteirô são uma vergonha, respondeu que não são, que os acessos são bons e que as ruas dessa zona industrial estão todas pavimentadas. Deu nota que a zona industrial de Mosteirô teve uma génese que não foi a melhor, mas que a Câmara já investiu na mesma, estando as ruas de acesso à zona industrial de Mosteirô todas reabilitadas. -----

Quanto à referência de que o grande mérito é dos empresários, disse concordar com isso, mas que, contudo, queria referir que o grande mérito não é somente dos empresários, que é também dos trabalhadores, da classe trabalhadora. -----

No que respeita à afirmação de que os feirenses pagaram mais 1 milhão de euros de impostos, disse que tal se deveu, principalmente, às transações imobiliárias que se verificaram, destacando que a receita do IMT subiu pela atratividade do território de Santa Maria da Feira. Disse não perceber como é que, sendo Santa Maria da Feira um território tão fraco, como alguns afirmam, toda a gente dos concelhos vizinhos queiram vir viver para Santa Maria da Feira, e ninguém de Santa Maria da Feira queira mudar para os concelhos vizinhos, comentando haver qualquer coisa que não bate certo nessa questão. -----

Sobre a crítica de que faltam infraestruturas básicas para as zonas industriais, disse ter ficado abismado com a mesma. Realçou que as zonas industriais têm redes de água e de saneamento, têm eletricidade, têm gás, têm fibra ótica, que até existem alguns heliportos no Concelho, frisando não perceber o que é que falta. -----

Relativamente à afirmação de que a Câmara promove o parque empresarial Lusopark e não o PERM, salientou que a Câmara nunca promoveu o Lusopark. Referiu que os únicos lotes que vende são os do PERM, até porque é o Presidente do Conselho de Administração dessa empresa intermunicipal, informando que, nesse parque empresarial, faltam vender 48 mil



metros quadrados e que, desses, 20 mil metros já estão reservados, acrescentando que não fosse a opção da empresa Molaflex, que desistiu de comprar um terreno no PERM para comprar no Lusopark, e todos os lotes do PERM já estariam vendidos. Frisou que esse é um trabalho que é feito em muitas frentes, com muitas horas de trabalho ao longo do dia e com muita promoção internacional. -----

Sobre a política ser mais do que finanças públicas, disse concordar com essa declaração, comentando que se assim não fosse qualquer contabilista podia ser um bom político. Referiu ser precisamente essa visão de modelo de sociedade que o Executivo Permanente tem, a visão da internacionalização da economia, da aposta na educação para a competitividade do território, da aposta nas competências dos feirenses, da aposta nos relvados sintéticos para a prática desportiva, da aposta na habitação social para os que mais necessitam, da aposta na rede viária requalificada, da aposta na promoção internacional, da aposta na cultura, da aposta na biblioteca municipal. Frisou ser essa a visão que tem da política, mas que também tem a perfeita compreensão que sem finanças públicas saudáveis não é possível fazer nada, porque ninguém vai fazer uma estrada se não souber que vai ser pago por isso. -----

Destacou que, neste momento, qualquer fornecedor ou empreiteiro quer trabalhar para a Câmara, fazendo sobressair que o prazo médio de pagamento da Câmara é de 13 dias, e que, em situações mais urgentes e quando tal lhe é pedido, até efetua o pagamento em 2 ou 3 dias. - Sobre a questão dos rankings disse em nada concordar com esses rankings porque, em muitos casos, os critérios usados não fazem qualquer sentido, comentando que, para ele, o melhor ranking é aquele em que as pessoas procuram um território para viver. -----

Questionou se o membro Sérgio Cirino se estava a referir a um estudo em que Santa Maria da Feira aparece, dos municípios da zona Norte e relativamente a 2018, em 12.º lugar para negócios, em 17.º lugar para visitar e em 14.º lugar para viver, acrescentando que há um município vizinho que aparece sempre nos primeiros lugares desses rankings, mas que está a ver muitos dos seus munícipes mudarem-se para Santa Maria da Feira, comentando que isso acontece por algum motivo. -----

Referiu, sobre a ideia do membro Sérgio Cirino de distribuir parte do excedente orçamental pelas juntas de freguesia, que a Câmara não tem excedentes orçamentais, que o que tem é rigor orçamental, que só inscreve no orçamento aquilo que pode pagar. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse considerar que Santa Maria



da Feira é, de facto, o melhor local para se viver, ressaltando que não está tudo feito, que se estivesse tudo feito o PS poderia ganhar, mas que, como não está, os feirenses querem que o PSD continue a governar o Município. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 32, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), 15 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 1 abstenção (IND), aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2018 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

*Reentrou o membro Daniel Gomes.* -----

#### 4 – Revisão Orçamental -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa -----

- 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI -----

- 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 1 de abril de 2019, enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----  
“Relativamente a este ponto, é do conhecimento geral aquela que é a posição do Bloco no que toca às posições deste Executivo. Nós votamos contra o atual Orçamento, como sabem, e aquilo que o Sr. Presidente aqui apresentou hoje só veio comprovar aquilo que temos dito





relativamente às opções. -----

Continuamos a verificar que o Executivo não premeia aquilo que são os alicerces por nós defendidos. O Bloco sempre se posicionou ao lado da coesão social e territorial, das funções sociais da autarquia e das políticas que contribuam para um real progresso do Concelho. -----

As provas de que estas prioridades são completamente alheias ao PSD estão nas rubricas que aqui nos apresentam nestes documentos. -----

Perante o excedente, a Câmara decidiu ignorar todas as propostas do Bloco, que contribuam para uma melhor qualidade de vida dos feirenses. -----

E aqui, para não dizerem que as nossas propostas são pura demagogia, nós temos vindo a propor o aumento do orçamento destinado à Ação Social de 1% para 5%, de forma a que fosse feito um investimento real nas medidas sociais, propusemos também medidas para valorizar os serviços públicos, a saúde e a educação, que para nós são alicerces fundamentais, mas que, para o PSD, não interessou nada disto, não interessou um programa de emergência social, não interessou pôr fim à privatização de serviços públicos, a criação de um Centro Coordenador de Transportes, não interessou criar um Plano Municipal de Saúde ou até aumentar o número de Bolsas de Estudo atribuídas pela Câmara. -----

A desculpa é sempre a mesma, mas a realidade demonstra que a falta de investimento em medidas sociais, de facto, neste Concelho, não é um defeito, é mesmo o feito deste Executivo, e esperamos que, um dia, isto possa ser alterado. -----

No que toca a serviços externos de consultadoria, como reparamos, é um tal despejar dinheiro, com sucessivos reforços de dezenas de milhares de euros. -----

De facto, este último ponto vem provar aquilo que já tínhamos dito, que este esforço valeu a pena, conseguiram lavar as mãos do perdão da dívida à P. Parques. Portanto, acho que vale a pena mudar esta forma de fazer as coisas. -----

No que toca ao excedente, também podia ir para a reabilitação dos edificios públicos e torná-los mais acessíveis. -----

Portanto, a ideia principal seria esta, nós temos proposto uma série de medidas que nunca são aceites, e, depois, vemos que existem rubricas que são direcionadas para questões totalmente duvidosas, a mítica rubrica de "Outros", onde vemos que o excedente que podia ir para a vida dos feirenses continua a ir para os "Outros", para esse buraco negro que, de facto, continua a ascender em muitos milhares de euros nos reforços orçamentais, e isso deve ser alterado, no



nosso ver.” – Fim de citação.-----

-----  
Interveio o membro *Manuel Strecht Monteiro* (PS) que começou por dizer que lhe apraz ouvir que, na verdade, existe uma maior transparência das Finanças da Câmara, tal como já verberado pelo seu colega Justino Pinto, felicitando a Câmara por isso.-----

De seguida, pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para aludir a outras duas questões, uma vez não ter tido oportunidade de o fazer no Período de Antes da Ordem do Dia, o que lhe foi concedido.-----

Salientou que a primeira questão se prende com a sinalização na estrada nacional que vai para a Corga do Lobão, junto ao passadiço do Rio Uíma. Disse haver ali pouca sinalização, que devia haver limitadores de velocidade, comentando que os carros passam, naquela via, a velocidades elevadíssimas e que é frequente a ocorrência de acidentes, acrescentando que, felizmente, nenhum causou vítimas mortais. Referiu haver necessidade de se colocar naquele local, concretamente junto ao parque de estacionamento que serve o passadiço, instrumentos de controlo de velocidade, como lombas redutoras de velocidade, para tentar resolver esse problema.-----

Disse que a outra questão está relacionada com um sonho que tem, há longo tempo, mas que ainda não se concretizou, designadamente a aquisição da Quinta da Cavacada, em Fiães, também conhecida como a Quinta das Camélias. Referiu que a mesma se encontra em perfeita ruína e que considera interessante que a Câmara ponderasse a sua aquisição, ressaltando que isso seria um benefício para o Concelho e seria uma forma de homenagear aqueles que construíram a 1.ª República, recordando que essa casa foi propriedade do 1.º presidente da Câmara de Santa Maria da Feira no pós Revolução Republicana, o Dr. Elísio de Castro, o qual disse ter tido o prazer de conhecer, fazendo notar que foi ele quem lhe injetou muitas das ideias republicanas que tem, e que isso ficará sempre na sua memória.-----

Fez notar que, pela altura em que foi candidato à autarquia de Fiães, fez um texto para um jornal de campanha onde afirmava que iria procurar adquirir a Quinta da Cavacada, antiga escola D. Pedro V, caso os proprietários estivessem vendedores, o que inevitavelmente levaria à organização de um processo de financiamento bem como a todo um processo de intenções. Salientou que, nesse jornal de campanha, disse que ia tentar recuperar a casa da Quinta na sua traça primitiva, instalar com dignidade a sede da Junta de Freguesia, ceder áreas com vista à



instalação de vários organismos culturais e locais, criar um museu etnológico onde se pudesse agrupar todo o espólio arqueológico de Fiães que se encontrava disperso por várias entidades, museológico e até de particulares, criar auditórios cobertos ou ao ar livre que se destinariam a ser ocupados indistintamente por qualquer das coletividades, instalar organismos sociais tais como notários, finanças, delegações escolares, centros de saúde e gabinetes de apoio à agricultura. Acrescentou que, nesse texto, se dizia que se procuraria integrar todo esse projeto de intenções com uma equipa de arquitetos que se apoiariam no parecer e objetivos de cada um dos organismos culturais interessados. -----

Continuando a sua intervenção, o membro Strecht Monteiro disse que essa era, na verdade, uma realização utópica, salientando, sobre isso, que há quem tenha dito que o que é certo é a morte, mas que a vida é utópica e que quem vive deve ter a utopia suficiente para exigir coisas que possam ser sonhos. -----

Frisou que, naquela casa, se passaram coisas muito importantes para a implantação da República, que era ali se refugiava o grande político Afonso Costa quando havia quedas de Governo, que era ali que se congregava uma nova forma de regressar ao Poder, uma nova forma de melhorar as condições de vida dos portugueses, e que era ali que se vivia numa tertúlia interna, discutindo qual seria a melhor política para governar o País. -----

Reafirmou que a aquisição dessa Quinta seria uma homenagem que se fazia a esses homens que souberam lançar uma ideia nova, de haver um governo republicano em vez de um governo monárquico, frisando ser esse repto que queria deixar à Câmara, salientando que caberá ao Executivo pegar nesta ideia, em conjunto com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães.” -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, para dar os devidos esclarecimentos. Sobre o proferido pelo membro Pedro Ferreira, recomendou que o mesmo consultasse a página 45 dos documentos de Prestação e Contas já apreciados nesta sessão, onde pode comprovar que é precisamente no setor das funções sociais que a Câmara tem o maior investimento. -----

Realçou que as pessoas tendem a confundir funções sociais com subsidiodependência, fazendo sobressair que, em 2018, a Câmara investiu cerca de 5,5 milhões de euros nas funções sociais, correspondendo a 46,7% do investimento, frisando ser precisamente nas funções sociais onde a Câmara tem o maior investimento, pelo que não colhe a argumentação



usada pelo membro Pedro Ferreira, nesta matéria. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Strecht Monteiro sobre o excesso de velocidade dos carros que passam na estrada junto aos passadiços do Rio Úfma, disse ser verdade que isso acontece, que já testemunhou essa situação, apesar daquela ser uma zona urbana em que o limite de velocidade é de 50 km/hora. Referiu que essa estrada, a EN 326, não é de gestão municipal, dando nota que já se pensou colocar uma passadeira naquele local, mas que repudia veementemente essa hipótese porque aquela é uma zona muito rápida, e que também já se colocou a hipótese de fazer um atravessamento pela parte de baixo, mas que também isso traria problemas devido às cheias que costumam verificar-se naquele local. -----

Fez notar que a Câmara irá tentar que a sinalética seja melhorada e que sejam colocadas bandas sonoras naquela zona, comentando que também não faria mal nenhum que, de vez em quando, a polícia fosse para aquele local, com o radar, para controlar a velocidade dos veículos que por ali passam. -----

Sobre a aquisição da Quinta da Cavacada disse também partilhar, há muitos anos, desse sonho, dando nota que, quando iniciou funções na Câmara, na altura presidida pelo Sr. Alfredo Henriques, o mesmo lhe recomendou que, junto com o então presidente da Junta de Freguesia de Fiães, o Sr. Bernardino Ribeiro, tentasse adquirir a Quinta. Informou que se reuniu com os proprietários, mas que, nessa altura, os mesmos não tinham muita disposição em vender, pelo que pediram valores muito elevados, na ordem dos 2,5 ou 3 milhões de euros, se a memória não lhe falhava, comentando que a Quinta manifestamente não valia o valor pedido. -----

Salientou que, de facto, são muitos os que lhe dizem que grande parte da história da República se passou na Quinta da Cavacada, e que, para além disso, muitas gerações, não só de fianenses como também de pessoas de Canedo, de Lobão, de Vila Maior, fizeram ali o seu percurso escolar, daí existir um carinho especial pela Quinta porque a mesma deixou uma marca muito grande na vida de muitas pessoas. -----

Concluindo a sua intervenção, referiu que aquilo que a Câmara pode fazer é uma nova abordagem, realçando que se houver a possibilidade de uma renegociação por valores considerados adequados, a Câmara ponderará essa aquisição. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal



deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 32, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), 3 votos contra (BE: 2, CDU: 1) e 14 abstenções (PS: 12, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a revisão orçamental em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----  
-----

**5 – Mapa de Pessoal**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 1 de abril de 2019 e restante documentação enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----  
-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 32, CDS-PP: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 16 abstenções (PS: 12, BE: 2, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal de 2019 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----  
-----

**6 – Relatório de Gestão e Contas de 2018 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação



camarária de 1 de abril de 2019, enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal **Bianca Almeida** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Mais uma vez, ao ler o Relatório de Gestão e Contas, surgiram-nos questões que achamos que o Sr. Presidente nos haverá de responder. -----

Ora, em primeiro lugar, os resultados de exploração do Cineteatro António Lamoso têm ficado muito aquém das expetativas. A empresa Feira Viva tem algum plano para dinamizar o espaço e o rentabilizar? É que, quando foi apresentado o novo modelo de gestão, era tudo um mar de rosas, e, agora, afinal percebemos que este mar de rosas não existe. -----

Ainda uma outra questão que nos surge a nós, Bloco de Esquerda, e a muitos feirenses, é a questão das piscinas. É que tem-se por hábito comparar o nosso Concelho com outros concelhos aqui à volta, e eu pergunto-me: se é assim tão comparável, porque é que temos uma grande população a preferir as piscinas, por exemplo, de São João da Madeira, tendo em conta os preços? -----

E, por fim, ainda sobre o Europarque, eu queria falar sobre o milagre que se tentou fazer do Europarque. A realidade tem-nos provado que este milagre não existe assim tanto, e eu pergunto-me, agora, se não seria melhor mudar-se o paradigma antes que se chegue ao fundo. É que eu já ouvi, aqui, falar de sucesso relativamente ao Europarque, mas foi precisamente por ter estudado que vi que sucesso, aqui, não há nenhum.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que começou por dizer que, antes de mais, queria deixar uma menção muito especial para a equipa de Natação Adaptada da Feira Viva, que tem vindo a ganhar diversas competições, comentando que a dinâmica que essa essa equipa tem tido é boa para o Concelho, até pelo exemplo que dá. -----

Posto isto, disse que não podia deixar de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara para quando um plano de investimentos municipal para os equipamentos geridos pela Feira Viva, como as piscinas municipais e os pavilhões, para permitir uma maior e melhor utilização desses equipamentos e, se calhar, para torná-los mais rentáveis. -----

Questionou, também, para quando a melhoria das acessibilidades ao Parque Ornitológico de



Lourosa, comentando que, apesar da existência de alguma sinalética, os acessos ao mesmo não são os melhores. Referiu que poder-se-ia fazer melhor divulgação do Parque Ornitológico e dos respetivos acessos, designadamente divulgar o equipamento na EN1 e na A1, e, eventualmente, em outros locais, salientando que é preciso fazer mais qualquer coisa porque, pelo que lhe parece, o modelo foi sendo aprimorado, mas que terá chegado ao limite, comentando que era bom que aquele equipamento desse menos prejuízo. -----

Disse constatar que o passivo corrente da empresa municipal ainda é muito alto, de cerca de 1,674 milhões de euros, e que, face ao ano de 2017, apenas baixou cerca de 4.400 euros. -----

Fez notar que não pode acontecer como na China, ou seja, um país com dois sistemas, salientando que se as contas da Câmara são sãs, até porque a lei obrigou a isso, o mesmo deve acontecer com as contas das entidades não abrangidas por essa obrigação legal, para que não haja a décalage que se conhece. -----

Referiu que outra questão diz respeito às rendas pagas pela Feira Viva, questionando quando é que a empresa municipal vai deixar de pagar essas rendas e encontrar um espaço, seja no Europarque ou noutra sítio, para não ter de pagar, ano após ano, as rendas milionárias que tem vindo a pagar. Disse que o dinheiro gasto nas rendas já daria para ter instalações próprias, e, se calhar, ainda sobrava, comentando que tal situação só servirá para dinamizar a economia local de uns certos senhorios, que ganham muito dinheiro com esses arrendamentos, reforçando que, no seu entender, tal não se justifica. -----

Concluindo, aludiu às contas do Europarque para dizer que aquele equipamento apresentou 499 mil euros de receitas e 460 mil euros de despesas, questionando quanto é que custa, verdadeiramente, o Europarque, juntando o que gasta a empresa municipal Feira Viva e a Câmara Municipal. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que é preciso ter coerência naquilo que se diz, para que faça algum sentido, salientando que o membro Pedro Ferreira foi de uma incoerência total quando, nesta sessão, criticou a Câmara por requisitar serviços externos e, depois, votou contra a alteração ao Mapa de Pessoal que foi apresentada pela Câmara para colmatar algumas deficiências de pessoal. -----

Disse, em relação à preocupação demonstrada pelo membro Sérgio Cirino quanto aos números do Europarque, ser interessante que o mesmo não tenha questionado quais os



números da Biblioteca Municipal, do Museu do Papel e do Museu Convento dos Lóios, ou os números dos serviços que são prestados no Concelho no âmbito da Educação ou da Ação Social. Frisou que cada equipamento cumpre determinadas funções e que, nessa medida, é evidente que não se discute os custos da Biblioteca Municipal porque o serviço que presta é, certamente, muito superior ao custo, tal como ninguém questiona qualquer custo na Educação porque os ganhos são sempre muito superiores. -----

Referiu achar incrível como é que feirenses, que se deviam orgulhar por ter um equipamento como o Europarque, estão a questionar se se gasta mais 100, 200 ou 300 mil euros naquele equipamento, que foi considerado o melhor centro de congressos do Norte de Portugal e da Galiza. Salientou que o Europarque, pelos serviços que presta e pela imagem que dá ao Concelho e à Região, devia ser um orgulho de todos feirenses, pelo que considera inadmissível que uma visão mesquinha e o ataque político esteja a pôr em causa o investimento que tem de ser feito no Europarque. Destacou que a gestão do Europarque não se limita à gestão do dia a dia, que é um equipamento que precisa ser reequipado devidamente, fazendo sobressair que é administrador de um hotel que já tem 25 anos e sabe o que é preciso gastar para manter os elevados padrões do mesmo, desde o investimento na rede de água, de eletricidade, de ar condicionado, entre outras infraestruturas. -----

Concluindo, disse ser natural que o Europarque, com o tempo que tem, precise de grandes investimentos, reafirmando achar incrível que pessoas, que considera de bom senso, utilizem o ataque político invocando que vai haver custos na manutenção e reparação do Europarque. --

-----  
Usou novamente da palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS), que começou por dizer que pretender saber quanto custa o Europarque não é nada mesquinho, que é para saber a “accountability” do equipamento e para saber se ele vale, ou não, a pena, bem como para saber se é possível, ou não, fazer melhor. -----

Disse querer fazer uma declaração de interesses, designadamente que entende que a Câmara não podia ter ficado de fora da gestão do Europarque, mas que também considera que uma coisa é não poder ficar de fora, até porque o equipamento está localizado em Santa Maria da Feira, e outra coisa é não dar conta da gestão que é feita do equipamento. -----

Concluindo, referiu que mesquinhez e visões curtas são daqueles que, gerindo a coisa pública, não dão contas aos deputados municipais e à população. -----





Interveio, novamente, o membro *Pedro Ferreira* (BE), que começou por esclarecer, a propósito do proferido pelo membro José Leão de que ele tinha votado contra a alteração ao Mapa de Pessoal, que os membros do Bloco de Esquerda se abstiveram na votação desse ponto. Clarificou que os 3 votos contra que existiram não foram relativamente à alteração ao Mapa de Pessoal, mas sim relativamente ao ponto que antecedeu esse. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, o qual pediu ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Gil Ferreira, para prestar os esclarecimentos relacionados com a questão sobre o Cineteatro António Lamoso. -----

Usou da palavra o Sr. Vereador *Gil Ferreira* que começou por dizer, a respeito do Cineteatro António Lamoso, que só foi apreciada a redução do total da receita, mas que há um facto muito relevante que queria enumerar. -----

Salientou que, conforme se pode constatar na página 251 do Relatório e Contas do Município do ano de 2018, o Cineteatro António Lamoso realizou, em 2017, 182 atividades de programação que contaram com 27.506 espectadores, representando uma taxa de ocupação de 62%, e que, em 2018, por opção estratégica, o Cineteatro decidiu realizar 124 atividades de programação. Disse ser um facto que o número de atividades realizadas em 2018 foi inferior ao do ano anterior, mas que houve um crescimento percentual expressivo em termos de públicos porque, com essas 124 atividades, o Cineteatro alcançou o número de 27.443 espectadores, o que permitiu, também, subir a taxa de ocupação do auditório. -----

Referiu que a explicação que se pode obter da leitura destes resultados é que, de facto, a estratégia funcionou bem na medida em que, programando um menor número de atividades, conseguiu-se não só subir a taxa de ocupação do auditório como aumentar, percentualmente, o número de espectadores, fazendo sobressair que a missão primordial do Cineteatro António Lamoso é trabalhar o desenvolvimento de públicos e a aproximação destes às artes. -----

Disse ser também interessante realçar que, das referidas 124 atividades, 36 foram realizadas por agentes locais, 24 foram realizadas por associações culturais locais, destacando ainda que a satisfação global do público está nos 83%, conforme se pode constatar na página 253 do referido Relatório e Contas do Município de 2018. -----



Concluindo, disse que os números que indicou também deveriam e poderiam ter sido apreciados, comentando estar certo que os membros da Assembleia terão, pelo menos, o mesmo interesse que ele tem no bom desempenho do Teatro Municipal, o Cineteatro António Lamoso.-----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar resposta às restantes questões. Sobre a razão das pessoas preferirem as piscinas de São João da Madeira às de Santa Maria da Feira, disse não compreender as pessoas que tomam essa opção, comentando que só se for por a água ser fria e o teto estar a cair.-----

Sobre a equipa de Natação Adaptada, disse que os resultados alcançados pela mesma deixam a todos muito satisfeitos, mas que não acontecem por acaso, que resultam de uma verdadeira aposta, dando nota que os principais nadadores vão fazer treinos especiais de alta competição para a Serra Nevada, em Espanha, para conseguirem tais resultados. Referiu que a expectativa é que, muito em breve, se venham a ganhar medalhas olímpicas, reafirmando que os resultados que têm sido alcançados advêm de um investimento muito forte que a Feira Viva e o Município está a fazer.-----

Em relação aos planos de investimentos salientou que são imprescindíveis e que são uma constante, ressaltando que, quase todos os anos, são feitos investimentos nas piscinas municipais, dando ainda nota que o ginásio das piscinas de Santa Maria da Feira vai ser melhorado e que também serão construídos ginásios nas piscinas de Lourosa e de Fiães, pois as atividades de ginásio complementam muito bem as das piscinas.-----

Sobre a questão das acessibilidades ao Parque Ornitológico de Lourosa disse que o problema esteve para ser resolvido quando, recentemente, uma unidade comercial teve a intenção de fazer um investimento naquela zona, e, nesse âmbito, a Câmara pretendia fazer um acesso ao Parque Ornitológico pela parte de cima, mas que o negócio não foi para a frente também porque os proprietários dos terrenos pediram valores absolutamente in comportáveis. Referiu que, caso surja uma oportunidade, a Câmara vai tentar resolver esse problema, acrescentando que, neste momento, o melhor acesso ao Parque Ornitológico é pela parte de trás e que a informação que existe desse acesso é razoável.-----

Sobre o passivo corrente da Feira Viva disse que a verba em questão não é significativa, que não implica qualquer tipo de dificuldade.-----



Em relação à questão das rendas, salientou que enquanto houver atividades e a necessidade de ter um local onde armazenar todo o material dos eventos, a Feira Viva vai precisar de ter armazéns. Disse que esteve quase negociado a construção de um pavilhão próprio, mas que ainda não foi possível, fazendo notar que é preciso encontrar e comprar um terreno adequado para o efeito. Informou haver uma hipótese de comprar um pavilhão que vai ser vendido no seguimento de uma insolvência, dando nota que se tentará comprar esse pavilhão para ali se guardar os materiais.-----

Relativamente ao Europarque salientou não se tratar de um milagre, fazendo sobressair que os bons resultados não acontecem por acaso. Referiu que, conforme consta da página 29 do documento em apreço, o Europarque teve uma receita de cerca de meio milhão de euros, sem contabilizar as verbas do aluguer dos equipamentos de audiovisual e de outros serviços prestados, como o serviço de catering. Explicou que, anteriormente, a Associação Empresarial de Portugal (AEP) cobrava ao cliente e faturava todos esses serviços, pelo que o Europarque atingia uma faturação de um milhão ou de um milhão e meio de euros com a maior das facilidades, mas que, atualmente, é a entidade que contrata serviços no Europarque que vai pagar diretamente à empresa de catering ou à empresa de audiovisuais.-----

Disse que o Europarque está a ter um desempenho melhor do que esperava, fazendo notar que quando a Câmara herdou, em 6 de maio de 2015, o Europarque, todos se recordarão que o mesmo estava moribundo, sem atividades, com a erva a crescer, ao ponto de, a certa altura, já meter algum medo lá ir, mas que, atualmente, o Europarque transborda de vida.-----

Salientou que, em 2018, foram realizados mais de 300 eventos no Europarque, destacando que o mesmo é, hoje, um verdadeiro centro de atividades em Santa Maria da Feira, seja de congressos, de concertos, de eventos de empresas, de atividades ao ar livre, sublinhando que o Europarque está sempre cheio de pessoas e que qualquer um pode lá ir comprovar isso.-----

Referiu que o Europarque é claramente um caso de sucesso, dizendo ter ficado surpreendido porque nunca pensou que a oposição quisesse dar ao Executivo a oportunidade de brilhar, realçando que ele, para além de Presidente da Câmara, é Presidente do Conselho de Administração da Feira Viva pelo que também lida diretamente com o Europarque.-----

Destacou que se podem constatar as novas atividades empresariais que estão a surgir na parte sul ao Europarque, informando que, naquela zona, se vai instalar a empresa parceira da Altice nas soluções de voz, com 120 engenheiros informáticos, que ali já se encontra a Clínica



Lenitudes, informando ainda que duas empresas do ramo da eletrónica compraram lotes naquele parque empresarial para ali se instalarem. Aludiu à existência de um colégio privado no recinto do Europarque, classificado pela Microsoft como sendo de excelência, o qual já vai na segunda ampliação, fazendo notar que, também no recinto do Europarque, vai ser instalado um Health Club. -----

Disse que os resultados do Europarque ainda apresentam um défice, que não tinha os números exatos mas que rondaria os 100 mil euros, contabilizando as despesas suportadas pela Câmara, realçando que, contudo, tal défice é apenas aritmético porque, em termos económicos, o Europarque dá um lucro tremendo ao território, enchendo hotéis e restaurantes nas épocas baixas, criando toda uma atividade em torno do Europarque, frisando que só não vê isso quem não quer. -----

Reafirmou que o Europarque é um caso de sucesso, adiantando que o mesmo vai necessitar de um grande investimento nos próximos tempos, na casa dos milhões de euros, comentando, acerca dessa questão, que quando comentava com o presidente de uma câmara vizinha que iria ter de gastar uns milhões de euros para recuperar e modernizar o Europarque, o que ele lhe respondeu é que não se importava nada de ter esse problema para resolver, porque o que queria era ter o Europarque na sua terra. -----

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara mostrou-se satisfeito por o Europarque se localizar no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2018 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----

#### **7 – Transferência de competências para os municípios** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 25 de março de 2019, enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia



Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que referiu que, a exemplo do que salientou em ocasiões anteriores quando se falou da temática da transferência de competências para os municípios, o CDS-PP vai continuar a votar contra as transferências enquanto não perceber a respetiva estrutura das mesmas, desde logo as questões financeiras.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Bianca Almeida** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Nós votaremos a favor esta transferência de competências, mas por motivos muito diferentes dos do PSD, e convém referi-los.-----

O Bloco de Esquerda sempre se mostrou recetivo sobre este ponto. No entanto, consideramos que esta descentralização, tal como se encontra configurada, viola o próprio princípio da subsidiariedade, agravando as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias, que é o que aqui realmente está em causa, não pode comprometer a igualdade no acesso da população aos serviços prestados nas diversas áreas a transferir, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências.-----

Este processo vai, infelizmente, promover uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura.-----

Outro problema da descentralização prende-se com a falta de meios técnicos e de recursos humanos para o efeito. Aceitando-se estas competências, as Câmaras têm de assumir as responsabilidades e execução dos diversos diplomas setoriais quando, na maior parte dos municípios, não existem recursos humanos para que tal seja possível, nem possibilidade ou orçamento para assegurar a contratação dos mesmos. Mais uma vez não sabemos que valores vão ser transferidos.-----

É ainda expectável que venham a existir conflitos de competências, nomeadamente no domínio da gestão de pessoal auxiliar, no caso de estabelecimentos de educação e de saúde ou na gestão e manutenção dos equipamentos que sejam transferidos para a esfera de competências dos municípios.-----

Acresce ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos



insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências e concessionarem estes serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição pelo comum cidadão. -----

Assim, a municipalização destas competências do Estado poderá dar origem ao agenciamento da contratação e pagamento de pessoal, serviços e empreitadas, transformando os municípios em repartições administrativas de políticas nacionais.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que disse querer questionar à Câmara qual o trabalho que tem feito no sentido de apurar quais as responsabilidades que o Município vai ter de assumir quando a tal for obrigado, questionando ainda quais as competências que a Câmara vê com melhores olhos receber e se já tem uma perspetiva de quais serão os montantes e quais as implicações para o orçamento municipal quando, em 2021, a transferência de competências se processar automaticamente. -----

Disse ser certo que as verbas a receber pela Câmara ainda não estão definidas, mas que seria importante a Câmara ir fazendo algum trabalho a esse respeito, acrescentando que não se pode partir do princípio que a descentralização é má, fazendo notar que, no seu entendimento, a descentralização é boa. -----

Concluindo, disse que gostava de saber se a Câmara já tem uma ideia de como se vai concretizar a transferência de competências e quais necessidades que implicará para o Município, quando tal se efetivar. -----

Interveio o membro *Carlos Seixas* (PSD) que começou por dizer ter muita dificuldade em perceber a questão feita pelo membro Sérgio Cirino. Questionou, nesse âmbito, como é que a Câmara consegue avaliar o impacto que a transferência de competências vai ter no Município se o Governo não diz quanto é que vai dar à Câmara para esta receber essas mesmas competências. -----

Referiu que, entretanto, o problema persiste uma vez que o Governo não define, taxativamente, quais são os fundos que vai enviar para os municípios, acrescido do facto novo de que o Governo disse que iria discutir, caso a caso, quanto é que irá transferir para cada um dos municípios. Disse considerar essa situação completamente irrealista, comentando que,



admitindo que o Sr. Presidente da Câmara não é primo nem sobrinho de nenhum membro do Governo, então acredita que o município de Santa Maria da Feira terá algumas dificuldades em relação ao montante financeiro que vai receber. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Começou por realçar que é um adepto incondicional da descentralização de competências e que lamenta que o processo esteja a ser conduzido com tanta incompetência, ressaltando que, no respeitante à matéria da descentralização de competências, havia a oportunidade de existir um grande consenso entre os grandes partidos. -----

Sobre as questões colocadas pelo membro Sérgio Cirino disse que já haviam sido respondidas pelo membro Carlos Seixas, salientando que, para se ter uma ideia, a Câmara recebeu um mapa relativo à área da Saúde que falava em 7 pessoas, ao que pensou, de imediato, que tal número não podia estar correto uma vez que existem 23 postos de saúde no Concelho. Informou que, perante tal situação, a Câmara pediu ao ACES Feira/Arouca que lhe desse mais informação para perceber o que estava em causa, mas que não lhe foi fornecida, acrescentando que, posteriormente, se soube por linhas travessas que o ACES tinha instruções para não fornecer a informação para não haver grãos de areia na engrenagem. -----

Referiu que a Câmara não pode calcular quanto é que vai gastar, por exemplo, na área da Educação, sem saber sequer quantos funcionários é que vão ficar sob a sua responsabilidade, tal como não consegue fazer nenhum cálculo sobre a manutenção de edifícios porque nem sequer sabe quantos edifícios estão em causa. -----

Disse, a propósito da área da Educação, que a Câmara estima estar em causa mais de 400 pessoas, mas que não sabe se elas ganham o salário mínimo ou se ganham 800 ou 900 euros, realçando que tem de ser o Governo a fornecer essa informação e a dizer qual a verba que vai transferir, caso contrário a Câmara não tem hipótese de saber qual o impacto que vai causar. --  
Salientou que, portanto, há todo um trabalho a fazer pelo Governo que é muito importante, ressaltando que a Câmara não tem aceitado as competências não por ser contra o Governo, mas sim por não ter em sua posse esses elementos. -----

Reafirmou que, conforme tem vindo a exprimir desde há muito tempo, é um adepto incondicional da descentralização de competências, que entende que aquilo que puder ser feito melhor na Câmara deve ser feito na Câmara, que aquilo que puder ser feito melhor na



Junta de Freguesia deve ser feito na Junta de Freguesia, e que aquilo que puder ser feito melhor no Estado central deve ser feito no Estado central. Frisou que, contudo, não pode aceitar um encargo de, por exemplo, 10 milhões de euros em salários, por ano, sem saber de onde vem o dinheiro para pagar, comentando que, nessa circunstância, então é que a Câmara não teria sequer 1 euro para investir na reabilitação de estradas. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara frisou que é preciso haver rigor, lamentando que o Estado não tenha tido esse rigor e não tenha feito o trabalho prévio que devia ter feito, dizendo esperar que o tempo que falta até a Câmara ter de assumir as competências, de pouco mais de um ano, sirva para se limarem todas essas arestas. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 32, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, PS: 4 – Manuel Strecht Monteiro, Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 12 abstenções (PS: 11, IND: 1), nos termos e com os fundamentos constantes na deliberação camarária suprarreferida:-----

- reafirmar o teor da sua deliberação de 13 de setembro de 2018 e que seja reiterada a comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais, segundo a qual o Município declara que não pretende, no ano de 2019, a transferência das competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, bem assim, seja comunicado à DGAL que o Município de Santa Maria da Feira não pretende a transferência de nenhuma das competências previstas nos Decretos-Lei n.ºs 20/2019, 21/2019, 22/2019 e 23/2019, de 30 de janeiro, na parte relativa às entidades municipais, -----

- que seja comunicado, à Direção-Geral das Autarquias Locais, que o Município de Santa Maria da Feira não pretende, no ano de 2020, a transferência das competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, bem como não pretende a transferência de nenhuma das competências previstas nos Decretos-Lei acima referidos, na parte relativa às competências municipais. -----

O membro **Manuel Strecht Monteiro** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Queria fazer uma declaração de voto no sentido de que a confusão que se gerou com esta descentralização, é que no próprio seio do Partido Socialista, na Associação Nacional, grande





parte dos Presidentes de Câmara do Partido Socialista estão contra, na verdade, aquilo que o Governo está a propor. Não é que não tenha a virtuosidade de ser uma espécie de descentralização, o certo é que, no seio do Partido Socialista, há muita confusão, como o Presidente da Câmara de Vila Real, como o Presidente da Câmara de Torres Vedras, o de Vila Nova de Gaia, muitos estão contra esta proposta do Governo porque não esclarece propriamente o que é que vai existir. Vem dinheiro? Se não, vai aumentar o défice.” -----

-----  
*Sairam os membros Armando Teixeira e Nuno Joel Rocha.*-----

-----  
**8 – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas – EMAAC**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

-----  
O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 11 de fevereiro de 2019, enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que é de salientar a existência desta Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, realçando que, apesar de não ter conseguido analisar o documento com toda a profundidade que queria, até para fazer o cruzamento da informação presente no mesmo, conseguiu analisar, de uma forma transversal, os pontos principais. -----

Referiu ser de salientar alguns aspetos positivos, nomeadamente o enfoque que é pretendido dar à educação, dizendo ser sabido que estas questões só lá vão com uma mudança de hábitos, de todos, e que a educação é o verdadeiro potenciador dessas mudanças de hábitos. -----

Disse que, contudo, também é verdade que, dadas as atuais circunstâncias, não chega a mudança de hábitos, frisando que é preciso uma ação mais efetiva na resolução dos problemas que são prementes. Realçou que, dentro de muito curto prazo, em todo o Portugal, não só no Sul mas também no Norte, haverá necessidade de racionamento de água, e que tal necessidade

---



não acontecerá somente no verão, uma vez que as alterações climáticas acabaram por desregular as estações do ano.-----

Reafirmou que a informação que consta no documento é bastante interessante, até do ponto de vista de Geografia, mas que, no entendimento da CDU, é um documento demasiado aberto, fazendo lembrar aqueles documentos das Nações Unidas que apontam as guias orientadoras, que merecem a concordância de todos, mas que, depois, os prazos ou as metas são tão abrangentes que já se sabe que nunca vão ser cumpridos ou efetivados. -----

Disse que a grande crítica que a CDU faz a esta Estratégia é precisamente a falta de propostas mais concretas para problemas concretos, que são do conhecimento geral, e os prazos para a sua efetivação, fazendo notar que, por essa razão, se iria abster. -----

Referiu ser verdade que, para certas coisas, é preciso algum dinheiro, mas que há outras que são relativamente fáceis de se efetivar, como, por exemplo, o reaproveitamento de águas das chuvas, que podem ser armazenadas e utilizadas em regas, na lavagem das ruas ou para outros fins, bem como a opção por energia renovável nos edifícios municipais, entre outras. -----

Concluindo, reforçou que a crítica da CDU se prende com a falta de propostas concretas para problemas concretos, e com a ausência de prazos, considerando tratar-se de um documento demasiado aberto. -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP quer acreditar que as medidas previstas no documento em apreço se irão efetuar no Município. -----

Referiu que o CDS-PP analisa a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas não de um ponto de vista ideológico, mas sim como um tema que é vital para a população feirense, em particular para as próximas gerações, acrescentando que essas merecem uma melhor qualidade de vida do que aquela que tem a geração atual.-----

Disse considerar as medidas propostas muito positivas, reforçando que o CDS-PP espera que, apesar da pouca envolvência pública que foi conferida ao documento, essas medidas sejam cumpridas e não apenas planeadas, conforme acontece habitualmente. -----

Salientou que espera que esta Estratégia seja o início de uma nova visão ambiental para o Município e que, tal como o Sr. Vereador Vítor Marques já afirmou, o projeto esteja aberto ao público, em constante desenvolvimento, para que possa ser continuamente melhorado. -----

Referiu que o CDS-PP aguarda, agora, pela chegada de propostas para o domínio ambiental,



como a economia circular, a descarbonização da economia e a diminuição da pegada ecológica, entre outras.-----

Concluindo, disse que o CDS-PP acredita neste novo caminho, ressaltando que espera que esta Assembleia Municipal comece a dar o exemplo, nomeadamente ao não utilizar tantas garrafas de água de plástico.-----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Bianca Almeida* (BE) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Infelizmente, nos últimos anos, nunca houve nenhuma estratégia por parte da Câmara Municipal para fazer face às alterações climáticas que são um problema com que nos deparámos há já algumas décadas. O exemplo mais gritante no nosso Concelho é a falta de uma rede de transportes públicos que iria diminuir em muito as emissões de carbono no nosso Concelho.-----

A utilização de glifosato de forma discriminada é uma demonstração da falta de sensibilidade do executivo municipal para as questões do ambiente e, por consequência, as alterações climáticas.-----

A falta de espaços verdes e ajardinados são outra evidência de uma visão arcaica e incapaz de responder às necessidades da nossa população e à preservação da qualidade de vida do nosso Planeta.-----

Relembrámos o que aconteceu, aqui há uns anos, na Quinta do Engenho Novo quando se fez um abate quase total das árvores lá existentes e agora irão ser necessárias décadas para que o espaço fique devidamente arborizado.-----

Os problemas climatéricos, como se prova, não se resolvem com operações de marketing e propaganda, resolvem-se com medidas a montante como, por exemplo, a prevenção dos incêndios.-----

Como se pode verificar estão por fazer as limpezas das matas e dos terrenos do Concelho. ----  
De boa vontade está o inferno cheio. Se queremos preservar o nosso Planeta temos que tomar medidas drásticas de combate à poluição.-----

Infelizmente, temos as nossas linhas de água ainda altamente poluídas, que são uma demonstração do patamar em que nos encontramos. Se tivessem sido tomadas medidas de fundo há muito que os problemas estavam solucionados e a população podia usufruir das



linhas de água para conveniência e lazer. -----  
Esta pseudoestratégia municipal de adaptação às alterações climáticas é manifestamente  
insuficiente, na prática é um rio que já secou antes de chegar ao oceano.” -----  
-----

Usou da palavra o membro *Henrique Portela* (PS) que leu documento que disponibilizou  
para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“O grupo do PS da Assembleia Municipal congratula-se pela Estratégia Municipal de  
Adaptação às Alterações Climáticas que pela 1.ª vez foi elaborada pela Câmara Municipal de  
Santa Maria da Feira. -----

Ora, para o PS é importante a Estratégia, agora concluída. Embora, refira-se que, mais uma  
vez, está a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira atrasada em relação a outros concelhos  
do país, que já discutiram e implementaram esta Estratégia, em alguns casos desde 2016. -----

Em Santa Maria da Feira surge agora, “a reboque” da Área Metropolitana do Porto!-----

O PS lamenta este atraso, que mais uma vez mostra de forma evidente as deficiências e  
lacunas da política ambiental camarária. Mas, “mais vale tarde que nunca”.-----

O PS tem a garantia que com esta estratégia, terá a via de que através da qual, a Câmara  
Municipal Santa Maria da Feira terá uma atuação ao nível do planeamento adaptativo de  
âmbito intermunicipal e municipal na área ambiental. Ou seja:-----

1. Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas, -----
2. Implementar medidas de adaptação, -----
3. Promover a integração da adaptação em políticas setoriais para evolução positiva a nível  
climatérico.-----

O PS faz o alerta, de que não se pode, nem se deve deixar de realizar os atos programados na  
Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas que muito são necessários.-----

Esta é uma Estratégia que se aprova e elogia. É preciso ação e execução e não ficarmos  
meramente pelas palavras. -----

O PS estará atento, e espera que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira consiga  
implementar este plano, com a integração de todas as suas variáveis associadas à vida em  
comunidade: -----

- território urbano/rural, -----
- PDM,-----



- desenvolvimento económico,-----
- uso do solo,-----
- preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais,-----
- acessibilidades,-----
- rede de transportes públicos, que não existe no nosso Concelho.-----

E, não omitindo que é preciso, no concelho de Santa Maria da Feira, com esta estratégia municipal, nascer uma nova política ambiental moderna, em que haja a noção das áreas urbanas com as rurais, e uma forte participação educacional.-----

Para que, num futuro bem próximo, estejamos a avaliar índices de melhoramento ambientais/climáticos, e não ainda mais planos para evitar uma maior devastação do património natural/ambiental.-----

Pelo que, em prol do interesse comum para um município com um desenvolvimento sustentável e ecológico, o PS vota a favor.”-----

Usou da palavra a deputada municipal *Ana Patrícia Cunha* (PSD) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Parece consensual que as alterações climáticas são um dos maiores problemas deste século, prevenendo-se:-----

- um aumento significativo da temperatura média em todas as regiões de Portugal até ao fim do século XXI;-----

- Aumento da temperatura máxima no verão, acompanhado por um incremento da frequência e intensidade de ondas de calor;-----

- No que se refere à precipitação, prevê-se uma redução da precipitação em Portugal Continental durante a primavera, verão e outono, que podem atingir valores correspondentes a 20% a 40% da precipitação anual, e um aumento na precipitação durante o inverno, devido a aumentos no número de dias de precipitação forte.-----

A que se devem estas alterações climáticas?-----

A queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, o carvão e o gás natural, resulta em enormes emissões de dióxido de carbono, o principal gás de efeito de estufa, trazendo uma pesada fatura a pagar: aquecimento global e consequentes alterações climáticas.-----

Simultaneamente, a desflorestação impede que o carbono em excesso na atmosfera possa ser-----



removido.-----

Em Portugal, este problema ganha novos contornos, quando se pretende aplicar o Decreto-Lei n.º 14/2019, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho. O Governo Socialista, perante a ocorrência de grandes tragédias, quis tomar grandes medidas, mas não acautelou a diminuição acentuada da área florestal e fomentou um atentado ecológico e ambiental, ao permitir as queimas e queimadas, com emissões graves de CO2, em vez de legislar e incentivar o aproveitamento dos sobrantes para biomassa, compostagem e produção de energia.-----

Cientes disto, definidos os normais climatológicos e aferidas as tendências para o futuro, é imperativo agir! -----

Pelo exposto, o Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira considera que a proposta em discussão apresenta um ciclo de desenvolvimento estratégico, enquadrado numa visão nacional, com respeito pelos valores de responsabilidade e transparência. Identifica os principais riscos e vulnerabilidades para o território feirense, mas contempla igualmente oportunidades de melhoria e minimização de tais riscos. Não se trata de uma proposta de atuação permanente, estática; antes dinâmica, com capacidade de adaptação e renovação, para atender às necessidades identificadas.”-----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, o qual pediu ao Sr. Vereador do Pelouro de Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social, Vítor Marques, para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Usou da palavra o *Sr. Vereador Vítor Marques* que começou por dizer que a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas é um documento que demonstra a sensibilidade e atenção que o Executivo tem relativamente a esta problemática. Referiu que, infelizmente, vale tudo na política, comentando que a Câmara seria sempre criticada, que seria criticada se nada fizesse em relação às alterações climáticas, tal como é criticada pelo documento que apresentou.-----

Relativamente ao que foi dito pelo Filipe Moreira salientou que, em complemento ao plano estratégico em questão, foi recentemente enviado um e-mail, a todas as Juntas de Freguesia,



precisamente para que seja feito o aproveitamento das águas que se perdem das nascentes e fontanários, ressaltando que os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia poderiam corroborar essa situação.-----

Quanto à crítica da falta de prazos fez sobressair que, no documento, estão previstos os prazos para a monitorização das 22 medidas apresentadas. -----

Em relação ao proferido pelo membro Ângelo Santos sobre a pouca envolvência pública, salientou que as 22 medidas foram propostas por uma série de entidades convidadas que marcaram presença num workshop realizado no dia 11 de dezembro de 2018, no Europarque, nomeadamente estabelecimentos de ensino, várias associações, a equipa técnica, vereadores, colaboradores da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, da Divisão do Ambiente, da Divisão de Estudos e Projetos, da Proteção Civil, da ALPE, dos Bombeiros, da GNR, da PSP, do Correio da Feira e do Jornal N, das Juntas de Freguesia, do SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente, entre outras. -----

Sobre o proferido pela deputada municipal Bianca Almeida referiu, a respeito da questão do uso do glifosato, que o Sr. Presidente da Câmara já havia dado os devidos esclarecimentos no âmbito dessa matéria.-----

Quanto à questão dos espaços verdes salientou que o Concelho tem, efetivamente, muitos espaços verdes, alguns dos quais a Câmara está a requalificar, como é o caso da Quinta do Castelo, acrescentando que estão projetados requalificar muitos mais. -----

Relativamente à situação da gestão de combustível disse que o proferido pela Bianca Almeida só prova que a mesma desconhece completamente a legislação respeitante, concretamente o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho. No âmbito dessa matéria recordou que, em 2018, não houve a coragem suficiente para dizer que as pessoas tinham de fazer a gestão de combustível até ao dia 15 de março, tendo saído nova legislação a dizer que os autos de contraordenação ficavam sem efeito se as pessoas efetuassem a limpeza até ao dia 30 de abril, acrescentando que o legislador se esqueceu que a Câmara só tinha legitimidade para se substituir aos proprietários, na gestão do combustível, até ao dia 30 de abril. -----

Perante isto, questionou que gestão de combustível poderia fazer a Câmara a partir do dia 1 de maio, pois correria o risco que muitas câmaras municipais correram e que, agora, estão a ser bombardeadas com processos-crime por invasão da propriedade privada e podem não ser ressarcidas dos valores que gastaram na gestão de combustível. -----



Frisou que a Câmara não quis cometer ilegalidades, mas que fez uma outra coisa, informando que foi feito um ajuste direto, num montante de 219 mil euros, para fazer a gestão de combustível em 2019, de uma forma mais programada, isto se não sair nova legislação que cause novas entropias à Câmara em relação a este problema. -----

Sobre o mencionado pelo membro Henrique Portela de que a Câmara só agora se preocupou com a questão das alterações climáticas e que algumas câmaras já o fazem desde 2016, fez notar que, das 308 câmaras do País, só cerca de 20% têm este documento elaborado. -----

Concluindo disse que, de qualquer das formas, agradecia o elogio dado pelo Henrique Portela quando salientou que é melhor o documento apresentado do que nenhum. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD: 30, PS: 15, CDS-PP: 1, IND: 1) e 3 abstenções (BE: 2, CDU: 1), aprovar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Sairam os membros Maria Fátima Oliveira e Rui Alves Rios.* -----

**9 – Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira** -----

**- Atualização dos valores base no apoio para aquisição de viaturas: alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 25 de março de 2019 e restante documentação enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS





está de acordo com a atualização, que a mesma é bem-vinda porque estão em causa equipamentos que custam, às IPSS, 35, 40, 45 mil euros, salientando considerar o aumento do apoio mais do que justificado até porque essas instituições também foram vítimas de algum emagrecimento das receitas durante o período da troika, comentando que o processo da reposição dessas receitas demora sempre mais um pouco.-----

Referiu que, contudo, queria deixar uma reflexão, salientando que o facto de não se atualizar periodicamente os regulamentos e as participações pode gerar situações de injustiça, fazendo notar que uma IPSS que tenha poupado e tenha tido mais capacidade para antecipar a compra de uma carrinha, recebeu 1.870 euros de apoio, e, agora, uma outra IPSS que venha a comprar uma viatura vai ser apoiada em 5.360 euros.-----

Concluindo, disse que seria bom que os regulamentos fossem monitorizados e atualizados anualmente, para que não aconteça um multiplicar dos apoios por 3 ou por 4 e para que uma boa medida não gere um sentimento de injustiça naqueles que, já tendo beneficiado de algum apoio, sintam que outros, porque pouparam menos e não fizeram uma tão boa gestão, acabem por ser mais beneficiados, frisando que era bom evitar essa situação. -----

-----  
Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por referir que esta medida da Câmara só demonstra a atenção que a mesma tem com a sociedade em geral e com as instituições que estão ao serviço dos feirenses. -----

Disse que a intervenção do membro Sérgio Cirino foi um bocadinho redundante, que o mesmo acabou por dizer, por outras palavras, aquilo que os vereadores do Partido Socialista disseram na reunião da Câmara, salientando, sobre a questão colocada, considerar que não há qualquer injustiça e que também entende que não seria coerente haver um efeito retroativo, como foi proposto na reunião camarária. -----

Salientou que há uma decisão política e que ela é do momento, pelo que é a partir desse momento que entra em vigor, acrescentando que existem sempre consequências para aqueles que fizeram um investimento num ano transato, mas que isso é mesmo a lei da vida, comentando que na questão dos impostos as pessoas também sofrem com as baixas e os aumentos da carga fiscal. -----

Realçou que a medida também traz a vantagem de as entidades poderem fazer a sua gestão de frota e, eventualmente, candidatarem-se a este tipo de apoio, uma vez por ano, nos termos do



regulamento. -----

Disse partilhar, em grande medida, com o membro Sérgio Cirino na parte em que diz que, daqui para o futuro, deve haver uma atualização gradual, provavelmente com base na taxa de inflação ou numa situação similar, para que, daqui por 5 ou 10 anos, não torne a acontecer este cenário. -----

Concluindo a sua intervenção, sublinhou que a posição do grupo municipal do PSD é, obviamente, completamente favorável à proposta apresentada pela Câmara.-----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos.

Disse, sobre o caso concreto que foi mencionado na reunião da Câmara, que se veio a concluir tratar-se de uma instituição que já havia recebido o apoio há 2 anos, e não apenas há 1 ano, acrescentando que, todavia, a aplicação retroativa da lei não é muito adequada, que não deve ser feita, apesar de, às vezes, se fazer. -----

Salientou que, na sua opinião, o que aqui está em causa é, essencialmente, a gestão de frota das instituições, frisando que essa gestão pode ser feita mesmo pelas instituições que tenham feito, em 2018, despesa nessa área, dando ainda nota que está a ser preparada uma ação de formação, em parceria com uma universidade, para desafiar as instituições particulares de solidariedade social a fazerem formação em gestão, comentando que, muitas vezes, verifica-se haver alguma necessidade nessa vertente. -----

Referiu que se as instituições conseguirem, a cada ano ou a cada 2 anos, substituir uma viatura velha por uma nova, irão conseguir manter as suas frotas renovadas, comentando que o problema é quando elas deixam que as suas viaturas durem até ao limite, ainda mais quando têm 9 ou 10 viaturas, ou até mais, nessa situação. Frisou que, ao se permitir às instituições irem planeando a sua gestão de frota, isso já é um reforço bastante significativo. -----

Salientou que, com as taxas de inflação muito baixas verificadas nos últimos anos, na casa do 1 ou 2%, não faz sentido fazer anualmente a atualização dos apoios porque não há uma desatualização significativa dos mesmos, acrescentando que, só para as publicações das alterações, ficava mais caro.-----

Concluindo, fez notar que essa atualização será feita periodicamente, quando for caso disso.---

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal



deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 30, PS: 13, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 2 abstenções (BE), aprovar, no âmbito do Regulamento em epígrafe, a atualização dos valores em referência, nos termos da deliberação camarária supramencionada. -----

*Reentrou o membro Maria Fátima Oliveira.*-----

*Saiu o membro Ana Lamas Barros.*-----

**10 – Alteração simplificada do Plano Diretor Municipal – PDM ao abrigo do artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio**-----

**- Rua 2 da Urbanização de Paredinha – Rio Meão**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 25 de março de 2019 e restante documentação enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Integra a documentação referida as plantas n.º 1A, 1B e 2A do PDM de Santa Maria da Feira, as plantas com a proposta de alteração do PDM n.º 1A, 1B e 2A, bem como planta com a Proposta de Alteração à Reserva Agrícola Nacional – que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que não é a primeira vez que esta Assembleia é confrontada com este tipo de situação e que, mais uma vez, a Câmara diz tratar-se de uma exceção. Nesse âmbito, salientou que o CDS-PP espera que a exceção não se torne a regra, ressaltando que não é pelo facto de uma empresa estar, há muito tempo, localizada numa reserva ecológica que lhe dá o direito de aí poder permanecer. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer corroborar com o que disse o membro *Ângelo Santos* sobre a questão das exceções.-----



Referiu que, no caso em concreto, está-se a falar de uma zona que não é predominantemente habitacional, que é só habitacional, que até prédios de habitação coletiva tem, acrescentando que a empresa em questão podia já ter pensado em se deslocalizar para um local mais adequado à sua atividade. -----

Disse que, para além disso, tais situações vêm-se repetindo e que isso dá a sensação que se está a beneficiar o infrator, realçando que aquilo que a Câmara tem de fazer é realmente promover os parques industriais para que as empresas que se encontrem nessas circunstâncias se deslocalizem para esses parques, em vez de as legalizar e lhes permitir que permaneçam em locais que não são adequados para laborarem. -----

Posto isto, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Disse estar em causa a regularização de uma empresa que se encontra naquele local há dezenas de anos, numa pequena parcela de terreno, fazendo sobressair que, no período de consulta pública, não ocorreu qualquer reclamação. -----

Fez notar que a proposta submetida à Câmara Municipal, em 2017, no âmbito desta matéria, foi aprovada por unanimidade, comentando que, por vezes, não compreende estas mudanças de posição. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD), 14 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDU: 1) e 5 abstenções (CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), aprovar a proposta de alteração simplificada do PDM em referência, nos termos e com os fundamentos constantes na deliberação camarária suprarreferida. -----

#### **11 – Projeto “Caminhos de Fátima” – Alteração de Posturas de Trânsito**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 25 de março de 2019 e restante documentação enviada, oportunamente, aos



membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Integra a documentação referida quatro (4) peças desenhadas – que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 4 abstenções (BE: 2, PSD: 2 – Juliana Rocha e António Valdemar Ribeiro), aprovar, no âmbito do Projeto “Caminhos de Fátima”, a alteração das posturas de trânsito das freguesias de Argoncilhe, Mozelos, Lourosa, Fiães, São João de Ver, Escapães e Arrifana, assim como a implementação da sinalização prevista no projeto para a freguesia de Sanfins, nos termos e com os fundamentos constantes na deliberação camarária suprarreferida. -----

**12 – Postura de trânsito – União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Santa Maria da Feira) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 11 de fevereiro de 2019 e restante documentação enviada; oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Integra a documentação referida peça desenhada n.º 1 (alteração à postura de trânsito) e extrato da postura de trânsito de Santa Maria da Feira (desenho n.º 5 e 7), aprovada em 22/12/2005 – que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a



esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD: 29,  
PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito em  
epígrafe, nos termos e com os fundamentos constantes na deliberação camarária  
suprarreferida. -----

*Reentrou o membro Ana Lamas Barros.* -----

**13 – Desafetação, do domínio público, de parcela de terreno sita na Rua da Ribeirinha,  
Lugar de Chão do Monte, Santa Maria de Lamas** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a  
palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à  
Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação  
camarária de 28 de janeiro de 2019 e restante documentação enviada, oportunamente, aos  
membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que esta sua intervenção não  
tinha propriamente a ver com este assunto em concreto, mas sim com o tipo de desafetações  
que são submetidas a esta Assembleia Municipal. -----

Realçou que a Câmara Municipal, ao propor uma desafetação, dos documentos distribuídos  
dever-se-ia perceber o que vai ser desafetado e qual o fim dessa desafetação, comentando que  
apenas se dizer que é uma pequena parcela de terreno não basta. -----  
Fez notar que o grupo municipal do PS se iria abster porque entende que na documentação  
não consta as explicações suficientes. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos,  
começando por realçar que, na documentação, está identificada a parcela de terreno e está  
explicado que o vizinho demonstrou interesse em adquiri-la, que está explicado que esse  
terreno não faz falta ao Município, ou seja, que está tudo explicado nos documentos. -----



O membro **Sérgio Cirino** reforçou que, no entendimento do grupo municipal do PS, as coisas têm de resultar claro da documentação, tal como qual a razão para ceder o terreno àquele vizinho e não a outro, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* realçou que é por ser o vizinho confinante, fazendo notar que não há mais ninguém ali, que depois existe uma estrada que já tem 4 faixas de rodagem e já tem passeios, ao que o membro **Sérgio Cirino** replicou dizendo esperar que, um dia, a Câmara não venha a precisar de um bocado de terreno naquele local e não tenha de comprar o terreno em questão. -----

Posto isto, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP: 1, CDU: 1, PS: 3 – Manuel Strecht Monteiro, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 14 abstenções (PS: 11, BE: 2, IND: 1), aprovar a desafetação do domínio público municipal, para integração no domínio privado do Município, de parcela de terreno com a área de 63,00 m<sup>2</sup>, sita na Rua da Ribeirinha, Lugar de Chão do Monte, Freguesia de Santa Maria de Lamas – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

#### 14 – Estatuto do Direito de Oposição -----

##### - Relatório de Avaliação do ano de 2018 (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.667, em 27 de março de 2019, documento esse enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – fazendo notar que o mesmo é presente à Assembleia para conhecimento. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento do Relatório em epígrafe. -----

#### 15 – Relatório de Atividades de 2018 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento) -----



O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, remetido à Mesa pela Sr.ª Presidente da Comissão em referência – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.377, em 11 de março de 2019, documento esse enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – fazendo notar que o mesmo é presente à Assembleia para conhecimento. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento do Relatório em epígrafe. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 05 minutos do dia 6 de abril de 2019, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

**O Presidente,**

**A 1.ª Secretária,**

**O 2.º Secretário,**